



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas – FAJS

**MARCIO ANDREY ROSELLI**

**INTERVENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NOS  
CONTRATOS DE CONCESSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: O  
CASO DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE**

BRASÍLIA  
2013

MARCIO ANDREY ROSELLI

**INTERVENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NOS  
CONTRATOS DE CONCESSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: O  
CASO DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Msc. Karla Margarida Martins Santos

BRASÍLIA  
2013

MARCIO ANDREY ROSELLI

**INTERVENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NOS  
CONTRATOS DE CONCESSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: O  
CASO DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Msc. Karla Margarida Martins Santos

Brasília, 7 de novembro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Karla Margarida Martins Santos, Msc.**

---

**Prof. Eliardo França Teles Filho, Msc.**

---

**Prof. Pablo Malheiros Cunha Frota, Dsc.**

## RESUMO

Trata-se de estudo que analisa o relacionamento entre as Agências Reguladoras e o Poder Legislativo no âmbito Federal, no que tange a proteção dos contratos de concessão ante a superveniência das novas legislações editadas pelo Congresso Nacional. O trabalho avalia as relações entre Agências Reguladoras e Poder Legislativo, a luz da teoria da regulação, bem como os possíveis efeitos de sua interferência no equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão de serviços públicos. São avaliados especificamente os efeitos imediatos e mediatos de extinção do Custo de Disponibilidade por meio de projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, bem como sua aderência a proposição. A pesquisa segue a linha de pesquisa dogmática de Direito Regulatório, do Direito nacional público, que engloba regras vertentes ao Direito Constitucional, Econômico e Administrativo, as quais regulam os atos das Agências Reguladoras, as concessionárias e permissionárias dos serviços públicos, bem como dos respectivos usuários. O estudo demonstrou os possíveis efeitos adversos da aprovação de projetos de Lei que tratam da extinção do Custo de Disponibilidade.

**Palavras Chave:** Agências Reguladoras. Insegurança Jurídica. Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Custo de Disponibilidade. Teoria da Regulação. Equilíbrio Econômico e Financeiro dos Contratos de Concessão. Tarifas de Energia Elétrica.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>1 AGÊNCIAS REGULADORAS .....</b>                                      | <b>8</b>  |
| 1.1 Concepção das Agências Reguladoras .....                             | 8         |
| 1.2 Características das Agências Reguladoras.....                        | 12        |
| 1.3 Especialidade técnica das Agências Reguladoras .....                 | 14        |
| 1.4 O equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão ..... | 15        |
| 1.5 A insegurança jurídica nos contratos de concessão.....               | 21        |
| <b>2 TEORIAS DA REGULAÇÃO .....</b>                                      | <b>29</b> |
| 2.1 Definição e objetivos da Regulação .....                             | 29        |
| 2.2 Atores envolvidos no modelo regulatório do setor elétrico .....      | 30        |
| 2.3 Análise normativa como uma teoria positiva .....                     | 31        |
| 2.4 Teoria da captura.....   | 37        |
| 2.5 Teoria econômica da regulação.....                                   | 38        |
| <b>3 CUSTO DE DISPONIBILIDADE .....</b>                                  | <b>43</b> |
| 3.1 Âmbito de aplicação dos projetos de Lei.....                         | 44        |
| 3.2 Projetos de lei relacionados ao Custo de Disponibilidade .....       | 46        |
| 3.3 Características do Custo de Disponibilidade .....                    | 47        |
| 3.4 Histórico.....   | 50        |
| 3.5 Do Direito de Aplicação.....   | 53        |
| 3.6 Teoria da análise normativa como uma teoria positiva.....            | 56        |
| 3.7 Teoria da captura.....   | 60        |
| 3.8 Teoria econômica da regulação .....                                  | 62        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>66</b> |
| <b>ANEXO – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.....</b>  | <b>69</b> |

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como título “Intervenção do Poder Legislativo nos Contratos de Concessão de Energia Elétrica”, seguindo a linha de pesquisa dogmática de Direito Regulatório, do Direito nacional público, que engloba regras vertentes ao Direito Constitucional, Econômico e Administrativo, as quais regulam os atos das Agências Reguladoras, as concessionárias e permissionárias dos serviços públicos, bem como dos respectivos usuários.

O trabalho analisa a “Insegurança Jurídica”, ou seja, a instabilidade das relações jurídicas, tema recorrente entre as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, dando a tônica das definições do reequilíbrio da equação econômico financeira dos contratos de concessão. O estudo é aplicado ao Custo de Disponibilidade dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Hodiernamente a ANEEL experimenta grande ingerência por parte do Poder Legislativo, sobremaneira devido à edição de Leis, sem a devida observância a preceitos técnicos e científicos fundamentais, que causam prejuízos ao setor elétrico brasileiro. Em que pese à legitimidade do Poder Legislativo em editar Leis, as Políticas Públicas sem a análise técnica mais acurada implicam em efeitos adversos, mitigados por atos da Agência Reguladora, sempre no sentido de reduzir os riscos do setor regulado, consubstanciados por meio da manutenção da equação econômica e financeira dos contratos de concessão.

As relações entre o Poder Legislativo e Agências Reguladoras, obedecem a padrões descritos na Teoria da Regulação, sobremaneira na teoria econômica da regulação. Nesse sentido, a pesquisa ficará adstrita à relação recente entre o Poder Legislativo Federal e a ANEEL, no que tange aspectos que reflitam nas cláusulas econômicas dos contratos de concessão, incluindo a abordagem de aspectos da separação dos poderes e relações entre agente/principal sob o modelo da Teoria Econômica da Regulação. O estudo de caso será realizado para o Custo de Disponibilidade dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A metodologia será empírica e contribuirá para a discussão de problemas vivenciados pelo discente nas atividades de regulação econômica dos serviços públicos de energia elétrica, além de abordar aspectos da incompatibilidade das Políticas Públicas com a manutenção do princípio do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, discricionariedade técnica da Agência Reguladora e relação agente/principal.

Hodiernamente, o Poder Legislativo, ao implantar Políticas Públicas no setor regulado não observa as condições de contorno técnicas e científicas específicas do setor elétrico, o que resulta em Leis desassociadas do funcionalismo jurídico tecnológico social. O estudo parte da hipótese de que a atecnia da lei causa a necessidade do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, que muitas das vezes acabam por neutralizar os objetivos das Políticas Públicas ou produzir efeitos adversos aos objetivos concebidos.

O trabalho visa responder questionamentos em avaliação específica do Custo de Disponibilidade dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- A ANEEL experimenta ingerência por parte do Poder Legislativo, devido à edição de leis, que não observam preceitos técnicos e científicos fundamentais, que causam prejuízos ao setor elétrico brasileiro regulado?
- As Políticas Públicas sem avaliação acurada no setor regulado implicam em efeitos adversos, obrigando o regulador a regular o setor de modo a mitigar a insegurança jurídica relacionadas a manutenção da equação econômica e financeira dos contratos de concessão?
- O mecanismo de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão no setor elétrico é fonte de insegurança jurídica?

Como hipótese o trabalho parte do pressuposto que a interferência do Poder Legislativo Federal na ANEEL, sem a observância de preceitos técnicos e científicos gera insegurança jurídica, que força ações do órgão regulador para

neutralizar os efeitos adversos no equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão. Apesar de legítima a intervenção é inconveniente para o setor regulado.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta aspectos das Agências Reguladoras e dos contratos de concessão, bem como a insegurança jurídica causada pela implementação de políticas públicas equivocadas.

O segundo capítulo trata das teorias da regulação, nas vertentes da análise normativa como teoria positiva, teoria da captura e teoria econômica da regulação. No terceiro capítulo serão apresentadas as características do Custo de Disponibilidade, bem como ações do Poder Legislativo no sentido de mitigar seus efeitos aos consumidores. As reais causas e efeitos da extinção do Custo de Disponibilidade serão analisados a luz da teoria da regulação.

A metodologia de pesquisa será predominantemente qualitativa, utilizando-se da pesquisa exploratória, avaliando as teorias da regulação aplicadas ao tema objeto de estudo.



## 1 AGÊNCIAS REGULADORAS

### 1.1 Concepção das Agências Reguladoras

Segundo Guerra <sup>1</sup> as Agências Reguladoras brasileiras foram inspiradas nas *Independent Regulatory Commission*, surgida nos Estados Unidos como entes estatais autônomos, dirigidos por um colegiado, composto pelos *Commissioners*, eleitos pelo chefe do Poder Executivo para exercer um mandato fixo, sendo garantida a sua estabilidade no cargo, passível de exoneração somente em caso de falta grave. Os *Commissioners* são indicados pelo chefe do Poder Executivo estadunidense, com a anuência do Senado Federal. A nomeação do *Chairman*, que preside o órgão colegiado, depende de prévia aprovação do Senado Federal.

No Brasil as Agências Reguladoras surgiram sob a estrutura da Administração Pública, exercida de forma centralizada pela União, Estados e Municípios, que utilizam os ministérios, departamentos e órgãos para o atingimento de seus objetivos. Ademais, existe a Administração descentralizada, ou indireta, exercida pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Segundo o Decreto-Lei nº 200/1967 <sup>2</sup>, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, uma autarquia é constituída por um serviço autônomo para executar atividades típicas da Administração Pública, conforme transcrição parcial a seguir, *in verbis*:

*“[...] o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.*

---

<sup>1</sup> GUERRA, Sérgio. **Controle judicial dos atos regulatórios**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005, p. 65.

<sup>2</sup> BRASIL. **Decreto Lei n. 200/1967**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

Segundo Guerra<sup>3</sup> as autarquias têm natureza jurídica de Direito Público, com o objetivo de executar atividades típicas da Administração Pública. As Agências Reguladoras são classificadas como autarquias especiais, que não se confundem com Agências Executivas. Estas últimas são criadas pelo Poder Executivo, por Decreto, com a finalidade de realizar políticas estabelecidas pelo próprio Poder Executivo, amparado por um contrato de gestão com o ministério a que são vinculadas.

As Agências Reguladoras surgiram sob o cenário de *déficit* público e a impossibilidade do Estado financiar as despesas, por meio da emissão de moedas, com implicações inflacionárias. Dessa forma, o próprio Estado teve que se recriar, a se transformar de onipresente para regulador, que fiscaliza e regula os serviços públicos essenciais, catalizador da produção e desenvolvimento do Estado. A mudança de paradigma, ou seja, do Estado interventor para o regulador, teve como resultados a extinção de monopólios estatais e a abertura do mercado para investimentos privados, indispensável para garantir o desenvolvimento da economia.

Inicialmente, o setor de infraestrutura foi privatizado por meio de concessões de serviços públicos. O setor de infraestrutura possui características de altos investimentos e baixa liquidez dos bens, característica denominada de custos afundados. Dessa forma, a atração dos investimentos privados ensejou a busca de formas de mitigar os riscos dos investidores, consubstanciados por meio da criação das Agências Reguladoras autônomas e de contratos de concessão entre investidores e o Estado<sup>4</sup>.

As Agências Reguladoras surgem com objetivos de zelar pela qualidade de prestação dos serviços públicos e de garantir o cumprimento das regras, incluindo o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão. Embora aparentemente conflitantes a qualidade dos serviços públicos, preços

---

<sup>3</sup> GUERRA *op. cit.* p. 67.

<sup>4</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.** Brasília: ANEEL, 2000, p. 40.

módicos e o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão devem ser atendidos de modo a maximizar os benefícios sociais.

Segundo Eros Grau <sup>5</sup> *“a prestação de serviço público está voltada à satisfação de necessidades, o que envolve a utilização de bens e serviços, recursos escassos. Daí podermos afirmar que o serviço público é um tipo de atividade econômica”*.

O Serviço Público é atividade econômica que se desenvolve preponderantemente no setor público, embora possa ser prestado pelo setor privado em regime de permissão ou concessão. Segundo Eros Grau <sup>6</sup> *“o serviço público está para o setor público assim como a atividade econômica está para o setor privado”*. Dessa forma conclui o doutrinador *“[...] o gênero - atividade econômica - compreende duas espécies: o serviço público e a atividade econômica”*.

Nesse sentido, os Serviços Públicos como atividade econômica do Estado passam a ser concedidos a particulares, em decorrências da escassez de recursos públicos, a serem aplicado prioritariamente nos de epíteto essenciais.

Além dos resultados mediatos de abertura econômica, as concessões dos Serviços Públicos possibilitaram a melhoria da infraestrutura do país, possibilitando novos investimentos. O Estado moderno deixa de ser empresário, para ser regulador. Conforme Wald<sup>7</sup> o Estado deixa de realizar os serviços públicos para regular as atividades econômicas.

Nesse diapasão, a outorga de concessões de serviços públicos passou a ser o meio para viabilizar e pôr em prática o Estado Regulador, conforme ensina Wald <sup>8</sup>, *in verbis*: *“A concessão de serviços públicos vem a ser um contrato de cooperação, através do qual o particular, contratado pela Administração Pública, obriga-se a prestar determinado serviço ou a realizar determinada obra no interesse coletivo”*.

---

<sup>5</sup> GRAU, Eros Roberto. **A Constituição de 1988 e a ordem econômica**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 101.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>7</sup> WALD, Arnold. Segurança Jurídica e Revisão Tarifária. **Revista do Direito da Energia**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 43-64, abr. 2012.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 53.

As Agências Reguladoras sugeriram em com a mudança de paradigma do Estado, de interventor a Regulador. Segundo Justen Filho<sup>9</sup>:

*“A segunda manifestação que peculiariza a concepção regulatória de Estado reside na inversão da relevância do instrumento interventivo. Anteriormente, preconizou-se o exercício direto pelo Estado de funções econômicas. O novo paradigma privilegia a competência regulatória. O Estado permanece presente no domínio econômico, mas não mais como partícipe direto. Ao invés de buscar pessoalmente a realização de determinados fins, vale-se do instrumento normativo e de suas competências políticas para influenciar os particulares a realizar os fins necessários ao bem comum”.*

O Estado Regulador não pressupõe a inação estatal nos setores regulados, mas uma nova forma de regular do Estado, conforme ensina Justen Filho<sup>10</sup>, *in verbis*:

*“O fundamental consiste na revisão qualitativa da regulação, para superar os problemas derivadas da legislação superada e assegurar a realização dos valores eleitos pelo Estado Regulador. A supressão da regulação antiquada somente se justifica se conjuntamente for produzida uma nova regulação, apropriada aos fins regulatórios econômicos e sociais”.*

Em que pese as justificativas convergentes para a concessão dos Serviços Públicos e implantação do Estado regulador, importante destacar o ponto de vista de Eros Grau<sup>11</sup> sob o caso brasileiro, conforme transcrição a seguir, *ad litteris*:

*“[...] no que tange às razões da tendência à privatização das empresas estatais, cumpre verificarmos que o discurso neoliberal, em qualquer de suas versões, advoga as privatizações como decorrência do afastamento completo, do Estado, dos mercados. Em alguns casos, contudo, as privatizações são induzidas não apenas pelo “modismo” neoliberal, antes decorrendo da necessidade de o Estado vender empresas estatais para fazer caixa”.*

<sup>9</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**. Brasília: ANEEL, 2000, p. 22.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>11</sup> GRAU, Eros Roberto. **A Constituição de 1988 e a ordem econômica**. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 292.

Todavia, mesmo considerando as reais motivações para as privatizações e alteração do paradigma, é certo que hodiernamente o modelo se mostra aderente à reduzida capacidade de investimento do Estado.

## 1.2 Características das Agências Reguladoras

A principal característica das Agências Reguladoras é a sua autonomia em relação ao poder público. Guerra<sup>12</sup> ensina que o regime diferenciado, também denominado de regime especial, confere privilégios específicos visando o aumento da autonomia das Agências Reguladoras. Alguns dos privilégios especiais são: sua organização colegiada, impossibilidade de exoneração *ad nutum* dos dirigentes pelo chefe do Poder Executivo; autonomia financeira, orçamentária e decisória.

No Brasil a Diretoria Colegiada é nomeada por prazos fixos e não coincidentes, composta por 4 (quatro) Diretores e 1 (um) Diretor Presidente, com *quórum* deliberativo por maioria absoluta.

A autonomia financeira e orçamentária está disposta nas leis instituidoras das Agências Reguladoras, e estão consubstanciadas nas taxas de fiscalização ou regulação, que garantem a autonomia em relação ao orçamento do tesouro. Todavia, tal autonomia é aparente, pois os recursos arrecadados pelas Agências Reguladoras são contingenciados pelo Governo, que impede que os recursos angariados sejam destinados ao financiamento da regulação do setor específico das Agências Reguladoras.

Segundo Abrão<sup>13</sup> a autonomia das Agências Reguladoras por vezes se mostrou teórica e desvinculada da realidade prática, citando exemplos ocorridos na destituição da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil. A

---

<sup>12</sup> GUERRA *op. cit.* p. 70.

<sup>13</sup> ABRÃO, Bernardina Ferreira Furtado Abrão. A discricionariedade técnica das agências reguladoras e a segurança jurídica dos administradores. **Revista mestrado em Direito Osasco**, ano 9, n. 1, p. 323-344. Disponível em: <<http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistamestradoemdireito/2009/vol9/no1/14.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013

dificuldade de observância da autonomia das Agências Reguladoras retrata que o papel da regulação não é claro para o Governo, *ad litteris*:

*“É com essa ainda incipiente ‘maturidade brasileira de regulação’ que diversos aspectos normativos encontram resistência tanto nos posicionamentos centralizadores de algumas autoridades dos três poderes constituídos quanto de estudiosos do Direito, que vêem na regulação um distanciamento do democrático, criterioso e justo processo legislativo”<sup>14</sup>.*

A Diretoria Colegiada das Agências Reguladoras é a última instância decisória, haja vista que não se subordina hierarquicamente ao ministério a que está vinculada administrativamente. Tal fato determina a autonomia decisória, que objetiva a separação entre política e economia, não se submetendo os concessionários aos humores do Governo. Ademais, a garantia da estabilidade dos dirigentes mantém a segurança dos agentes regulados quanto à estabilidade do ambiente regulatório. Se inexistente a autonomia decisória, a qualquer tempo, os Dirigentes das Agências Reguladoras poderiam ser exonerados *ad nutum*.

A primeira Agência Reguladora Federal de Serviços Públicos e de uso de bens públicos foi a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996<sup>15</sup>. A ANEEL, em apertada síntese, tem a função de regular os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Antes do processo de desestatização, e implantação do Estado regulador no serviço de eletricidade, as atividades eram verticalizadas, ou seja, as empresas, geralmente estatais, exerciam suas atividades nas fases de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Tal modelo apresentava defeitos insanáveis com relação agentes pertencentes a um mesmo grupo econômico, pois aumentava sobremaneira a assimetria de informações, conforme detalhado no capítulo 4.

---

<sup>14</sup> ABRÃO *op. cit.*

<sup>15</sup> BRASIL. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

### 1.3 Especialidade técnica das Agências Reguladoras

A especialidade das Agências Reguladoras deve proporcionar o profissionalismo e o distanciamento da influência direta dos órgãos executivos e legislativos, com recrutamento de especialistas na área regulada, em detrimento de correligionários políticos. Tal profissionalismo tem o condão de evitar a captura regulatória pelos agentes regulados, autonomia decisória e celeridade. Nesse sentido Justen Filho<sup>16</sup> afirma que:

*“[...] a atuação regulatória não pode sujeitar-se à demora inerente à produção legislativa. A definição de objetivos, a escolha tecnológica e outras decisões pertinentes à regulação têm de ser emitidas em prazo compatível com a dinâmica da realidade. Não é possível adiar-se o desenvolvimento de atividades essenciais ou impedir-se o aproveitamento de oportunidades estratégicas para aguardar o exaurimento de procedimentos demorados. Mais precisamente, a delonga necessária à decisão tem de ser compatível com a natureza da atividade regulada, sob pena de tornar-se contraproducente”.*

Cabe destacar que as Agências Reguladoras podem ser classificadas como de atividades econômicas, de exploração bens públicos e serviços públicos, além das que não têm tal competência para exercer a regulação ou intervenção na economia.

As Agências Reguladoras de serviços públicos passaram a receber competências de amplo poder regulatório, muitas inerentes ao poder concedente desses serviços. Todavia, observa Guerra<sup>17</sup>, devem exercer em observância a Lei, ao certame licitatório e contratos de concessão firmados entre concessionária e poder concedente. Este é o grande desafio das Agências Reguladoras: zelar e conciliar os contratos de concessão com as Leis vigentes.

---

<sup>16</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**. Brasília: ANEEL, 2000, p. 46.

<sup>17</sup> GUERRA, Sérgio. **Controle judicial dos atos regulatórios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 73.

#### 1.4 O equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão

Os contratos de concessão dos serviços públicos de energia, firmados entre ANEEL e concessionárias, estabelecem requisitos para a prestação dos Serviços Públicos, sob a garantia do equilíbrio econômico e financeiro. Constituem cláusulas econômicas, operacionais, de adequação do serviço prestado e penalidades aplicáveis. Segundo Bandeira de Melo<sup>18</sup> *“Para o concessionário, a prestação do serviço é um meio através do qual obtém o fim que almeja: o lucro. Reversamente, para o Estado, o lucro que propicia ao concessionário é meio por cuja via busca sua finalidade que é a boa prestação do serviço”*.

Segundo Justen Filho<sup>19</sup> a garantia do cumprimento dos contratos de concessão não é condição pétrea, pois está sujeita as chamadas “cláusulas exorbitantes”, que garantem o poder da Administração modificar as condições originais do contrato. A aplicação das cláusulas exorbitantes se sustenta pelo princípio da supremacia do interesse público existente na Constituição Federal.

Todavia, as cláusulas não podem ser alteradas arbitrariamente pela Administração, devendo-se manter inalteradas as condições acerca da duração do contrato e das vantagens financeiras aos concessionários, ou seja, do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, cujo termo, impreciso, é delineado por Justen Filho<sup>20</sup>, *ad litteris*:

*“A expressão indica uma espécie de ‘relação’ entre ‘encargos’ e ‘retribuições’ que o contrato administrativo gera para as partes. Significa que, em um contrato administrativo, os ‘encargos’ correspondem (equivalem, são iguais), às ‘retribuições’. A expressão ‘equilíbrio’ esclarece que o conjunto dos ‘encargos’ é a contrapartida do conjunto das ‘retribuições’, de molde a caracterizar uma ‘equação’. Assim, o equilíbrio econômico-financeiro abrange não apenas o montante de dinheiro devido ao particular contratado, mas também o prazo estimado para o pagamento, a periodicidade dos pagamentos e qualquer outra vantagem que a configuração da avença possa produzir”*.

---

<sup>18</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

<sup>19</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito das agências reguladoras**. São Paulo: Dialética, 2007.

<sup>20</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**. Brasília: ANEEL, 2000, p. 75.



O equilíbrio econômico e financeiro das concessões está amparado no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988<sup>21</sup>, além da Lei Geral de Concessões<sup>22</sup> e Lei de Licitações Públicas<sup>23</sup>.

Dessarte, o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão deve ser intangível, ou seja, é vedada a alteração de cláusulas do contrato de concessão que modifiquem a relação econômica entre encargos e vantagens do concessionário. As prestações fixadas contratualmente podem ser alteradas unilateralmente pela Administração, todavia, o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão deve ser mantido.

No âmbito das concessões, o tema está disciplinado no art. 9º, § 4º, da Lei nº 8.987/1995<sup>24</sup>, *in verbis*: “Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração”. Segundo Justen Filho<sup>25</sup> o princípio da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão deve ser objetivo da Administração, pois a:

*“[...] ausência de garantia contra o imprevisível impossibilitaria à Administração receber propostas com o menor valor possível. Tem de escolher a proposta mais vantajosa, inclusive valendo-se da licitação para tanto. Mas a Administração apenas obterá as melhores propostas se eliminar a necessidade de o particular agregar a seus custos verbas correspondentes a riscos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis. A intangibilidade da equação econômico financeira é a garantia ofertada pelo Direito ao particular no sentido de que não correrá risco de prejuízo por eventos relacionados com eventos futuros, incertos e excepcionais. A proposta do particular e suas perspectivas de resultados econômicos são protegidas. Mas essa proteção relaciona-se com o interesse público e produz a redução geral dos preços pagos pelo Estado no conjunto global de suas contratações”.*

<sup>21</sup> BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>22</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.666, de 8 de junho de 1995**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>23</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**. Brasília: ANEEL, 2000, p. 81.

Como causa da garantia do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos é que se instituem os mecanismos de reajustes e revisões tarifárias para a contraprestação dos serviços públicos. O reajuste tem o condão de manter equilibrado o contrato diante das flutuações econômicas em decorrência da inflação. Todavia, quando insuficiente os índices ou fórmulas para manter atualizados os preços do contrato de concessão tais como variações extraordinárias aos empregados são necessárias o uso do mecanismo de revisão tarifária, com objetivo de repactuação de contratos, de modo a manter o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão<sup>26</sup>.

A equação econômica financeira dos contratos de concessão é estabelecida na assinatura dos contratos de concessão, onde a concessionária reconhece o equilíbrio das tarifas iniciais, bem como os mecanismos para a alteração de seus valores, de modo a manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial, a saber:

- i) **Revisão Tarifária Periódica:** os custos das distribuidoras são revistos considerando as alterações nas estruturas de custos e de mercado, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas<sup>27</sup>, em regra é realizado a cada período de 4 (quatro anos) para o setor elétrico;
- ii) **Reajuste Tarifário Anual:** as tarifas são atualizadas com base em uma fórmula paramétrica prevista nos contratos de concessão. São realizados anualmente, exceto nos anos em que ocorre a revisão tarifária periódica; e
- iii) **Revisão Tarifária Extraordinária:** pode ocorrer a qualquer tempo, quando ocorrer álea que comprovadamente resulta em desequilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão.

---

<sup>26</sup> LIMA, Renata Faria. **Equilíbrio Econômico e Financeiro Contratual: No Direito Administrativo e no Direito Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p.166-170.

<sup>27</sup> A metodologia de revisão tarifária foi estabelecida por meio da Resolução Normativa nº 435, de 24 de maio de 2011, que define a estrutura dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários.

Nos reajustes e revisões tarifárias, para a definição das novas tarifas que mantêm o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, são levantados pelo órgão regulador os custos prudentes da concessionária e as receitas auferidas, de modo a verificar se os custos estão compatíveis com as receitas.

Segundo Moreira<sup>28</sup> os custos prudentes da distribuidora são divididos em Parcela A e Parcela B. A Parcela A é denominada de “custos não gerenciáveis”, não estando diretamente relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica, cujo montante e variação escapam à vontade ou influência única da concessionária, ou seja, a distribuidora não tem o poder de gerenciamento dos custos, tal como o que ocorre com os custos com transmissão de energia elétrica, definido pela ANEEL nas licitações das transmissoras.

A Parcela B compreende os chamados “custos gerenciáveis”, inerentes à atividade de distribuição e energia elétrica, altamente influenciável pela gestão das distribuidoras, tal como os custos com manutenção dos ativos de distribuição. Dessarte, a Parcela B deve ser o foco das revisões e reajustes tarifários.

Nas revisões tarifárias todos os custos são revisados, de modo a restabelecer o nível e a estrutura das tarifas da concessionária, garantido o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. Ademais, nas revisões tarifárias é definido o Fator X, que será aplicado nos reajustes anuais como fator redutor do índice a ser aplicado a Parcela B<sup>29,30</sup>.

---

<sup>28</sup> MOREIRA, Leandro Caixeta. Política Tarifária, Assimetrias Resultantes e Possíveis Aperfeiçoamentos. In: **BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Direito da energia elétrica no Brasil: aspectos institucionais, regulatórios e socioambientais**. Brasília: ANEEL, 2010, p. 361-394.

<sup>29</sup> A utilização do IGP-M para atualização do valor da Parcela B está prevista nos contratos de concessão.

<sup>30</sup> CREW, Michael; PARKER David. **International handbook on economic regulation**. Edward Elgar: Cheltenham, UK, 2006.

O objetivo do Fator X é compartilhar com os consumidores os ganhos de produtividade, derivados do aumento da escala do negócio e a crescente eficiência da empresa, estimados para o próximo período tarifário<sup>31</sup>.

Nos reajustes tarifários o valor da Parcela A é repassado às tarifas. Os valores da Parcela B são corrigidos pelo índice inflacionário reduzidos do Fator X. O Fator X decorre do estabelecido pelo art. 14 da Lei nº 9.427/1996<sup>32</sup>, em que o órgão regulador realizará a apropriação de ganhos de eficiência empresarial, que terá como pressuposto a competitividade emulada<sup>33</sup>.

As regras relativas ao regime tarifário dos contratos de concessão constituem uma vertente do regime de regulação por incentivos, com a finalidade de aumento da eficiência, atendendo o princípio da modicidade tarifária e da manutenção do serviço público adequado. Os custos gerenciáveis podem ser segregados, para o caso das distribuidoras de energia elétrica, em custos operacionais, remuneração e reintegração de investimentos.

Moreira<sup>34</sup> define os custos operacionais como o montante de recursos que a distribuidora necessita para operar e realizar a manutenção das redes de distribuição. Compreende os custos com mão de obra própria e de terceiros, além dos custos indiretos com componentes menores de materiais. Em apertada síntese, visam manter a qualidade do serviço prestado pela distribuidora.

Importante destacar que os custos operacionais são os custos eficientes, e não os reais. Dessarte, uma distribuidora que opera o sistema com custos inferiores ao admitidos pelo órgão regulador terá seus ganhos majorados.

Segundo Moreira<sup>35</sup> a remuneração dos investimentos é representada pelo conjunto de ativos imobilizados em serviço, com objetivo de definir a composição da base de remuneração da concessionária. Trata-se dos ativos físicos,

---

<sup>31</sup> BENJÓ, Isaac. **Fundamentos de Economia da Regulação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999.

<sup>32</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9427cons.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2013.

<sup>33</sup> HUNT, Sally. **Making competition work in electricity**.: New York: John Wiley & Sons, 2002, p.115.

<sup>34</sup> MOREIRA, *op. cit.*

<sup>35</sup> MOREIRA, *op. cit.*

tais como postes, transformadores, cabos, etc. O órgão regulador, por meio da valoração da base de remuneração, transforma o quantitativo dos ativos em valores econômicos.

A remuneração reconhecida nos processos tarifários é definida como a multiplicação base de remuneração pela taxa de remuneração definida pelo regulador, observada a taxa de atratividade de investimentos para o setor, ou seja, a remuneração deve corresponder exclusivamente ao custo de oportunidade do capital do investidor. A quota de reintegração regulatória representa um valor a ser considerado a título de recomposição dos ativos depreciados, ou seja, seria o valor definido pelo órgão regulador como prudente ao objetivo de recompor os ativos que chegaram ao final da vida útil.

Os custos gerenciáveis, ou Parcela A, é representado pela compra de energia, transporte e encargos setoriais. Para compor a compra de energia, consideram-se os valores de mercado da distribuidora, acrescido dos montantes de perdas regulatórias da distribuidora. No transporte de energia elétrica consideram-se os custos com a transmissão da energia das usinas até o sistema de distribuição da concessionária. Os valores são definidos por leilões realizados pelo poder concedente.

Os encargos setoriais são instituídos por Lei, e têm destinação específica, resultando de políticas públicas adotadas pelo governo para o setor elétrico nacional. Seus valores são repassados às entidades gestoras desses recursos.

Moreira<sup>36</sup> destaca as metodologias aplicáveis às revisões e reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica. Observa que a aplicação das metodologias aplicáveis proporcionou ao longo do tempo assimetrias nas tarifas tal como observado por Castro *et ali.*<sup>37</sup>, ou seja, uma relação inversa entre renda e

---

<sup>36</sup> MOREIRA, *op. cit.*

<sup>37</sup> CASTRO, Nivalde José de; DANTAS, Guilherme de Azevedo; Fonseca, Joazir Nunes; Gomes, Vitor José Ferreira. **A Busca da Eficiência versus Assimetria Tarifária no Regime de Concessões de Distribuição no Brasil**. Grupo de Estudos do Setor Elétrico - GESEL – UFRJ, 2009, p. 2. Disponível em: <[www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/081209\\_CastroEtAl\\_Assimetria.pdf](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/081209_CastroEtAl_Assimetria.pdf)>. Acesso em 16 de out. 2012.

custos de energia aos usuários. Todavia, a assimetria tarifária deve ser solucionada pela correção das metodologias de revisão e reajuste tarifário, de competência da ANEEL, e não por políticas públicas realizadas pelo Poder Legislativo.

### 1.5 A insegurança jurídica nos contratos de concessão

Segundo Wald<sup>38</sup> a revisão tarifária de distribuição de energia elétrica opera com efeitos prospectivos, todavia, sempre mantendo as condições inicialmente pactuadas entre o Estado e o concessionário. De um lado o concessionário deve prover serviços de qualidade, de outro o concessionário faz jus ao princípio constitucional, legal e regulamentar do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, sempre respeitando o princípio constitucional da supremacia do interesse público.

A insegurança jurídica pode ser normativa, seja do ponto de vista legislativo, regulatório ou judiciário, na medida em que os tribunais dão a interpretação ao Direito vigente. Dessa forma, as medidas adotadas para a segurança jurídica se tornam cada vez mais diversificadas, tomamos medidas preventivas adotando o princípio da precaução no Direito. Segundo Wald<sup>39</sup> *“Atenuam-se, assim, eventuais prejuízos daqueles que confiaram no poder Público”*.

Hodiernamente vivemos a sociedade do risco, em contradição à expectativa do passado, em que esperávamos que o avanço tecnológico reduzisse os riscos naturais, sem criar outros, aumentando a liberdade e felicidade do homem, por meio da riqueza e sua correta distribuição, em um clima de paz e justiça. Todavia, Wald<sup>40</sup> observa que o que ocorreu foi o aumento da insegurança jurídica por meio do desenvolvimento tecnológico que o Estado do bem estar social pôde mitigar. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico não foi acompanhado do desenvolvimento ético.

Criou-se o mundo da insegurança, da incerteza, descontinuidade, constante ruptura com o passado. Todas as crescentes mudanças provocaram

---

<sup>38</sup> WALD, *op. cit.*

<sup>39</sup> WALD, *op. cit.* p. 51.

<sup>40</sup> *Ibidem.*

*“compreensões estruturais na compreensão do sistema jurídico”*<sup>41</sup>. Segundo Wald<sup>42</sup> o direito passou a ser uma *“rede normativa complexa e abrangente que [...] se inter-relacionem dialeticamente em busca de seus próprios significados”*.

Os valores mudaram, as soluções são baseadas em princípios distintos e aparentemente conflitantes, algumas das vezes coexistindo para um justo equilíbrio dos interesses individuais, de modo a garantir o interesse público.

Para estabelecer os fins sociais, políticos e econômicos as normas constitucionais geralmente recorrem a conceitos denominados por Wald<sup>43</sup> como geometria variável, tal como o princípio da eficiência, a função social do contrato, função social da propriedade, função social da empresa, *et cetera*. Os princípios e cláusulas gerais, por sua plasticidade, tem a capacidade de admitir essas alterações.

A segurança jurídica deve ser um princípio fundamental do Estado de Direito, é a própria razão de ser do conjunto de normas emanadas do Estado, ou seja, a previsibilidade do comportamento humano em sociedade.

Segundo Wald<sup>44</sup> a segurança jurídica é um princípio ou conceito que tem duas vertentes: de natureza objetiva e outra de retroatividade dos atos do Estado, mesmo que os legislativos, ou seja, diz respeito ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Outra vertente, de natureza subjetiva, diz respeito à confiança das pessoas em relação a atos, procedimentos e condutas do Estado.

A segurança jurídica existe quando o sistema é estabelecido mediante Leis conhecidas aplicadas a condutas posteriores a sua vigência, ademais, devem ser claras, estáveis e ditadas por órgãos competentes. E é essa insegurança jurídica, que não coaduna com o Estado de Direito, e que gera o chamado custo Brasil, ou risco Brasil, precificado nas relações econômicas.

---

<sup>41</sup> WALD, *op. cit.* p. 52.

<sup>42</sup> *Ibidem.* p. 55.

<sup>43</sup> *Ibidem.*

<sup>44</sup> *Ibidem.*

Com relação às concessões do setor elétrico os bens particulares investidos destinados ao uso público para o interesse público possuem características de altos investimentos e custos afundados, ou seja, os investimentos realizados possuem pouca liquidez. Pelas peculiaridades altos investimentos e custos afundados, exige certa flexibilidade, sempre observando à legalidade dos atos administrativos, a lealdade e boa-fé.

Segundo Wald<sup>45</sup> a mitigação dos riscos era necessária, pois poderia atrair investimento privados, e, conseqüentemente, redução dos custos de capital envolvidos. Para tanto, o concessionário deveria ser protegido das eventuais mudanças legislativas e, sobremaneira, as regulamentares, que venham a ocorrer no prazo contratual.

Dessarte, a insegurança jurídica causada por projetos de Lei que afrontem os contratos de concessão, mesmo que não efetivados por meio de sua aprovação, causam prejuízos à sociedade, pois os riscos serão quantificados pelo mercado por meio de novos custos, a serem incorporados nas tarifas.

Em que pese a necessidade de proteção contra os humores do Poder Legislativo, Wald<sup>46</sup> discorre sobre a atuação da ANEEL na manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, por meio da revisão tarifária periódica, concluindo que a atuação do órgão regulador é motivador de insegurança jurídica, pois não consideram todas as condições inicialmente pactuadas, as premissas originais, previstas geralmente nos contratos de concessão.

Wald<sup>47</sup> afirma que o Estado tem plena liberdade sobre a prestação dos serviços públicos, podendo inclusive alterá-las unilateralmente, todavia, em contrapartida, deve garantir o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão. Segundo o autor a importância da questão é tamanha que até mesmo o aspecto temporal deve ser considerado na avaliação do reequilíbrio econômico e

---

<sup>45</sup> WALD, *op. cit.*

<sup>46</sup> *Ibidem.*

<sup>47</sup> *Ibidem.*



financeiro dos contratos de concessão, ou seja, de forma concomitante com a álea causadora do desequilíbrio.

Em particular, no caso das distribuidoras de energia elétrica, Wald<sup>48</sup> tece críticas sobre as novas regras dispostas no terceiro ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras, propostas pela ANEEL, concluindo que o próprio órgão regulador é fonte de insegurança jurídica.

Em sentido contrário Abrão<sup>49</sup> debate sobre a necessidade de se utilizar da discricionariedade técnica das Agências Reguladoras para atuar na regulação do mercado o que reforça a segurança jurídica no setor regulado, *in verbis*:

*“Desse modo, uma análise inicial sobre questões que envolvam as Agências Reguladoras no Brasil, deve levar em conta o aspecto centralizador da federação brasileira que, de certa forma, ao anuir com a criação das agências, tenta, ao mesmo tempo, submetê-las ao jugo político das escolhas de seus dirigentes, e impõe, ou tenta impor, limites à ação da regulação autárquica, criando intransponível área estratégica do Estado”. Área essa de competência exclusiva dos Ministros de Estado e da Presidência da República”.*

Segundo Abrão<sup>50</sup> a discricionariedade é proporcional a insegurança jurídica, todavia necessária, em vista da sociedade cada vez mais complexa. A regulação dos setores econômicos é necessária, com a devida segurança jurídica, que deverá conciliar a discricionariedade com a segurança jurídica, tornando o sistema previsível.

Todavia, é necessária a previsão constitucional dos limites da discricionariedade e que obedeça a critérios técnicos. O termo discricionariedade

---

<sup>48</sup> WALD, *op. cit.*

<sup>49</sup> ABRÃO, Bernardina Ferreira Furtado Abrão. A discricionariedade técnica das agências reguladoras e a segurança jurídica dos administradores. **Revista mestrado em mreiro osasco**, ano 9, n. 1, p. 323-344. Disponível em: <<http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistamestradoemdireito/2009/vol9/no1/14.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013

<sup>50</sup> *Ibidem.*

técnica decorre do aparato técnico que possibilita o exercício do poder decisório, conforme ensina Abrão<sup>51</sup>, *in verbis*:

*“As Agências Reguladoras acabam por ser portadoras de discricionariedade, porque fazem parte desse sistema regulado e possuem a necessária especialidade técnica. Essa discricionariedade, devido ao aparato técnico, possibilita às agências exercer o poder decisório que não se confunde com a capacidade dada pela lei para aplicar o comando legal no caso concreto”.*

Há a necessidade de se construir o arcabouço regulatório para o setor regulado, minimamente estabelecido em lei. Na verdade não existe discricionariedade técnica, pois são guiados por aspectos técnicos e científicos, que na verdade tendem a reduzir a atuação discricionária do Estado, ou seja, se os atos são baseados na técnica e ciência é certo que possuem discricionariedade limitada, não sendo absoluta.

Segundo Abrão<sup>52</sup> o regulador deve inserir a decisão e a motivação para tal no processo, para efeitos de controle do administrado, para que possa defender contra os abusos e arbítrios do regulador. Ademais, deve dar publicidade as decisões, seja por meio de Audiências Públicas, Consultas Públicas, ações de propaganda, *et cetera*. Os eventuais abusos e arbítrios do regulador devem ser contidos pela democracia participativa.

Dessa forma, a ANEEL, ao atuar na manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão, age segundo a discricionariedade técnica, passível de erros e imprecisões. Todavia, a Agência não age de forma arbitrária, mas pauta-se em critérios técnicos e científicos, sob o crivo da democracia participativa, na forma da publicidade.

A discricionariedade da ANEEL é limitada pela Lei, que impõe os limites para a regulação do setor, gera o direito subjetivo dos regulados e usuários de obter a regulação, para consecução do serviço prestado. A discricionariedade técnica não pode ser arbitrária.

---

<sup>51</sup> ABRÃO, *op. cit.*

<sup>52</sup> *Ibidem*.

Abrão<sup>53</sup> considera que a normatização criada pelas Agências Reguladoras com o objetivo de atender o interesse público, pode ser considerada como desregulamentação do setor regulado. A desregulamentação permite que matéria exclusivamente disciplinada pelo legislativo, seja disciplinado por meio de fonte regulamentar, restringindo a Lei a disciplinar os princípios norteadores do regulamento.

A desregulamentação do setor, exceção ao princípio da reserva legal, deve ser realizada pela Agência Reguladora desde que garantida a devida segurança jurídica, sobremaneira por meio da discricionariedade técnica. Segundo Abrão<sup>54</sup>:

*“[...] a deslegalização impõe novos rumos na normatização, transferindo da esfera legal para fonte regulamentar parte da matéria que outrora coube à lei, e que agora, por deveres de complexidade da sociedade contemporânea e da celeridade da busca do interesse público na prestação dos serviços, cabe ao ato administrativo”.*

*“Por último, não podemos deixar de mencionar que a Agência Reguladora, ao regulamentar determinados dispositivos de lei, autolimita-se ao regulamento criado por ela. Ora, se assim não fosse não haveria qualquer segurança jurídica ao regulado e também ao usuário”.*

Ou seja, a Agência Reguladora se vincula ao conteúdo ato normativo editado. Em que pese ser discricionária, a edição do regulamento vincula os atos da Agência Reguladora no caso em concreto. Quando a atividade regulatória é exercida, a ANEEL define as tarifas aplicadas aos usuários, que gerarão as receitas auferidas pelos concessionários, deve fazer baseado em critérios técnicos e científicos, além de observar os requisitos da Lei.

Justen Filho<sup>55</sup> levanta a questão relativa aos critérios de decisão adotados quando da edição de Lei ou regulamento, originários da conjugação de interesses políticos, legitimados pela escolha eleitoral democrática, movido pela representatividade política. Todavia, ressalta Justen Filho, que os critérios técnicos e

---

<sup>53</sup> ABRÃO, *op. cit.*

<sup>54</sup> *Ibidem.*

<sup>55</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviços públicos**, São Paulo: Dialética, 2006.

científicos ficam em segundo plano, não sendo sua falta motivo para negar a validade do ato. Segundo o autor<sup>56</sup>:

*“A natureza própria da atividade parlamentar pode inviabilizar o desempenho da atividade regulatória estatal. É que as decisões fundadas na técnica nem sempre são as mais simpáticas. Como o político necessita da aprovação popular para manter-se nessa função, há um sério risco de optar pela solução mais agradável”.*

Por esses motivos adotou-se o modelo de Agência Regulatória, órgão especializado, desvinculado da estrutura do poder legislativo e com autonomia, em relação ao Poder Executivo, dotado de competência técnica adequada à consecução dos objetivos propostos pelo legislador em determinado segmento econômico. Justen Filho<sup>57</sup> exemplifica o exposto:

*“Assim, por exemplo, não é possível fixar tarifas de serviços públicos segundo exclusivamente a opinião dos usuários ou dos representantes eleitos no Parlamento. Isso conduziria à adoção de valores tarifários inferiores aos necessários para assegurar serviços adequados e satisfatórios. Nem é cabível remeter a fixação das tarifas à vontade dos prestadores de serviço, o que produziria efeito oposto e igualmente reprovável”.*

O principal sintoma de desvirtuamento da interferência pelo Poder Executivo e Legislativo nas decisões das Agências Reguladoras é a desestímulo da participação da iniciativa privada nos setores econômicos regulados, devido a insegurança jurídica, o que obrigará o Estado Regulador a retornar ao Estado Interventor, ou seja, causando o insucesso da concepção regulatória. A democracia participativa amplamente adotada pelas Agências Reguladoras, por meio de Audiências Públicas, reuniões técnicas e consultas a sociedade, podem ser ineficazes ante a desmedida interferência do Poder Legislativo na defesa de interesses específicos de grupos sociais.

Uma das atribuições da ANEEL que afeta diretamente a situação econômica e financeira dos agentes regulados, bem como dos interesses dos usuários dos serviços públicos é a redefinição das tarifas aplicadas aos serviços,

---

<sup>56</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.** Brasília: ANEEL, 2000, p. 78.

<sup>57</sup> *Ibidem.* p. 89.

sendo, destarte, altamente desejável a segurança jurídica e previsibilidade com reação às regras, conforme muito bem ponderado por Justen Filho<sup>58</sup>, *in verbis*:

*“A solução é atribuir a competência para determinar a tarifa concreta a uma entidade imparcial, suficientemente protegido das influências dos centros de interesse envolvidos na disputa. As tarifas serão fixadas tomando em vista todas as circunstâncias pertinentes, segundo parâmetros técnico-científicos e tomando em vista as regras jurídicas pertinentes.*

*A intervenção do Estado não pode ir ao ponto de eliminar a autonomia privada. Isso caracteriza não apenas ofensa à Constituição, mas configura rematada tolice. A tentativa de proibir, através de lei, o funcionamento das regras de mercado ingressa no domínio do pitoresco, não fossem os dolorosos efeitos negativos produzidos”.*

No caso da majoração dos encargos do concessionário, por meio de atos do Poder Legislativo, suas vantagens devem ser acrescidas, de modo a manter inalterada a relação entre encargos e vantagens, ou seja, que seja mantido o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão. Conforme ensina Justen Filho<sup>59</sup>, tal evento caracterizaria um fato do príncipe, passível de modificação da equação econômica e financeira do contrato de concessão, *in verbis*:

*“Quando caracterizado o fato do príncipe, o contratado terá direito a indenização completa e integral, a ser apurada em face das circunstâncias, salvo na hipótese em que o instrumento contratual já estabelecer uma solução de predeterminação da indenização”.*

Nesse caso existe uma *álea* extraordinária, que pode motivar o reequilíbrio da equação econômica e financeira dos contratos de concessão, indenizando o concessionário de modo a respeitar os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Com a criação das Agências Reguladoras surgiram de modo inerente as relações entre diversos grupos de interesse e Poder Legislativo. As relações e motivações para a regulação são detalhadas pela Teoria da Regulação.

---

<sup>58</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.** Brasília: ANEEL, 2000, p. 78.

<sup>59</sup> *Ibidem*. p. 90.

## 2 TEORIAS DA REGULAÇÃO

### 2.1 Definição e objetivos da Regulação

Miguel Reale<sup>60</sup> analisando a etimologia da palavra “regra” perpassa sobre a origem do termo regular, conforme o que segue:

*“Temos dito e repetido que as palavras guardam o segredo do seu significado. Assim acontece com o termo “regra”, que vem do latim regula. Da palavra latina originária regula derivaram dois vocábulos para o português: “régua” e “regra”. Que é régua? É uma direção no plano físico. Que é regra? É a diretriz no plano cultural, no plano espiritual. Por outro lado, a palavra norma, que nos lembra incontinenti aquilo que é normal, traduz a previsão de um comportamento que, à luz da escala de valores dominantes numa sociedade, deve ser normalmente esperado ou querido como comportamento normal de seus membros”.*

Segundo Di Pietro<sup>61</sup> a regulação tem o condão de corrigir deficiências de mercado, por meio da edição de regras de conduta e atividade de polícia administrativa (fiscalização), no sentido de estabelecer o funcionamento equilibrado do mercado.

O termo regulação no âmbito da ciência política ou econômica não diverge do conceito aplicado ao Direito. Cardoso *et. ali.*<sup>62</sup> afirmam que as teorias da regulação surgiram com o condão de predizer quando os mercados deveriam ser regulados, bem como a forma de evolução e declínio da regulação. Da mesma forma Viscusi *et. ali.*<sup>63</sup> afirmam que um dos objetivos da teoria da regulação é responder as questões fundamentais: Porque regular e como regular? Para responder este questionamento devem-se prever os benefícios da regulação, qual área regular e qual a melhor forma de regulação. Segundo os autores existem duas

<sup>60</sup> REALE, Miguel. **Noções Preliminares de Direito**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2001, pg. 34.

<sup>61</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (org.). **Direito regulatório: Temas Polêmicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p. 28.

<sup>62</sup> CARDOSO, Ricardo Lopes; SARAVIA, Enrique; TENORIO, Fernando Guilherme and SILVA, Marcelo Adriano. **Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2009, vol.43, n.4, p. 773-799. ISSN 0034-7612. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a03.pdf)>. Acesso em 12 ago. 2012.

<sup>63</sup> VISCUSI, W.; VERNON, J. & HARRINGTON, J. **Economics of Regulation and Antitrust**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995, p. 313.

perspectivas: as descritivas dos fenômenos regulatórios e as prescritivas da forma de regulação.

Segundo Viscusi *et. ali.*<sup>64</sup> um dos objetivos da teoria da regulação é responder por que o Estado impõe restrições nas decisões dos agentes, atuando nas economias de mercado. Os autores propõe a classificação de três teorias para explicar a regulação: a análise normativa como uma teoria positiva; teoria da captura; e a teoria econômica.

## **2.2 Atores envolvidos no modelo regulatório do setor elétrico**

Dentre os atores no setor regulado podem-se identificar os usuários dos serviços públicos, os concessionários e permissionários dos serviços públicos e o Governo. Os usuários têm como interesse o serviço adequado, considerando aspectos de continuidade, regularidade, generalidade, atualidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, conforme Lei Geral de Concessões<sup>65</sup>.

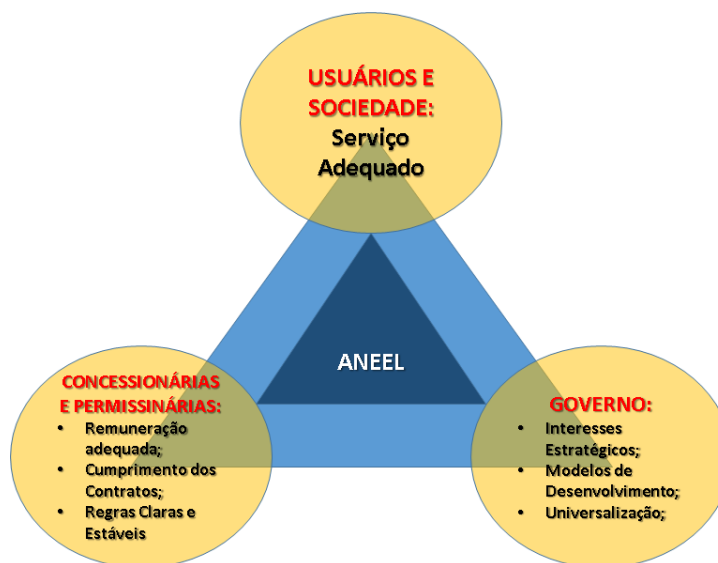
O Governo tem interesse em implementar Políticas Públicas. Todavia, não possui objetivo direto em zelar pelo equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão ou adequabilidade dos serviços. O concessionário de distribuição busca a maximizar os lucros e a sustentabilidade do negócio, em um ambiente com regras claras e estáveis, em cumprimento aos contratos de concessão. A Figura 1 apresenta os diversos interesses dos atores do setor regulado.

---

<sup>64</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 313.

<sup>65</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

**Figura 1 – Relação entre os atores.**



**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Conforme Silva<sup>66</sup> cabe ao agente regulador sopesar os interesses absolutamente legítimos e antagônicos e implementar as políticas públicas postas pelo Governo, proporcionando o equilíbrio entre os interesses divergentes dos atores envolvidos no processo de regulação.

### **2.3 Análise normativa como uma teoria positiva**

A base para a teoria da análise normativa como uma teoria positiva é o interesse público para a regulação. Segundo essa teoria existe condições em que o mercado não funciona bem, como exemplo Viscusi *et. ali.*<sup>67</sup> citam o monopólio natural e mercados com externalidades. Nesse sentido a regulação teria a função de zelar pelo interesse público.

Um mercado é um monopólio natural se os custos do produto ou serviço produzido são minimizados pelo fato de existir somente um fornecedor, independentemente da demanda do mercado. Em apertada síntese, no setor

<sup>66</sup> SILVA, Ricardo Brandão. Revisão Tarifária da Celpe de 2005 e seus reflexos na regulação de serviços de Energia Elétrica no Brasil. In: BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Direito da energia elétrica no Brasil: aspectos institucionais, regulatórios e socioambientais**. Brasília: ANEEL, 2010, p. 395-424.

<sup>67</sup> *Ibidem*. p. 314.



caracterizado por monopólio natural não é viável economicamente que haja a concorrência, mas somente um único fornecedor do produto ou serviço<sup>68</sup>.

Segundo Varian<sup>69</sup> o monopólio natural surge quando “*há grandes custos fixos e custos marginais pequenos*”. Os custos fixos são custos que independem da quantidade produzida, enquanto que os custos marginais representam custos adicionais imputados ao agente em decorrência da produção de uma unidade adicional do produto ou serviço.

Dessa forma, no setor de distribuição de energia elétrica, caracterizado como um monopólio natural, o custo fixo poderia ser representado pelos custos de instalação das redes, enquanto que os custos marginais podem ser representados pelos custos adicionais relacionados ao atendimento de um incremento da carga do consumidor, tal como um novo eletrodoméstico. A instalação da estrutura de redes até um consumidor demanda altos custos de implantação, porém baixo custo para manter o serviço prestado. Tal característica implica que os custos totais tendam a se reduzir com o aumento do mercado do monopolista. Para o caso analisado, uma vez instalado a estrutura para o serviço de fornecimento de energia, caso o consumidor não utilize os serviços ou o utilize dentro dos limites técnicos máximos, a diferença de custos imputados ao concessionário de distribuição de energia elétrica será ínfima.

Segundo Viscusi *et. ali.*<sup>70</sup> o problema fundamental do monopólio natural é que há um conflito entre a eficiência alocativa e eficiência produtiva. A eficiência produtiva exige que em mercados monopolistas apenas uma sociedade empresária produza, pois só assim o valor dos recursos utilizados será minimizado.

Outra distorção nos mercados provocada pelo monopólio natural é que a empresa monopolista, com objetivos de maximizar o lucro, tenderá a precificar o produto ou serviço no limiar da capacidade de pagamento do usuário, denominado de preço de monopólio, capturando, destarte, o excedente do consumidor<sup>71</sup>. Dessa

---

<sup>68</sup> VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

<sup>69</sup> VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 468.

<sup>70</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 315.

<sup>71</sup> Segundo Varian (2006, pg. 268) “O excedente dos consumidores serve como medida conveniente dos ganhos agregados obtidos com as trocas, da mesma forma que o excedente do consumidor

forma a eficiência alocativa não é alcançada, pois o excedente do consumidor, o benefício das trocas, será capturado pelo agente monopolista.

Ao mesmo tempo se tivermos várias sociedades empresárias teríamos a ineficiência produtiva, pois os custos de produção seriam superiores ao custo do monopólio natural. No caso do serviço de distribuição de energia elétrica a competição implicaria na construção de redes redundantes, com custos de prestação dos serviços maiores que a opção pelo monopólio da atividade. Destarte, no caso dos monopólios naturais temos um motivo para a intervenção do Estado.

No campo das ciências econômicas o modelo de monopólio, incluído os de epíteto natural, está geralmente relacionado a uma propriedade. Todavia, Eros Grau<sup>72</sup> de forma arguciosa afirma que o monopólio na leitura da Constituição Federal de 1988 é o da atividade, e não o monopólio da propriedade, por ser termo tautológico, conforme explanação transcrita a seguir:

*“As referências feitas aos monopólios estiveram sempre, no evoluir do tempo, vinculadas ao desenvolvimento exclusivo de uma atividade, geralmente a atividade de comercialização de determinado bem. A atenção social atribuída ao tema dos monopólios está, desde sempre, visceralmente ligada ao desenvolvimento de uma atividade, não à propriedade. Seu conceito, efetivamente, não se presta a explicitar características da propriedade, de modo que não cabe aludirmos a monopólio de propriedade. Na medida em que erga omnes, a propriedade é sempre exclusiva. Isso significa que o conceito de propriedade porta em si a exclusividade [= monopólio] do domínio do bem pelo seu titular. Por isso são redundantes e desprovidas de significado as expressões ‘monopólio da propriedade’ ou ‘monopólio de um bem’”.*

As atividades e bens da União são termos distintos, tanto que a Constituição do Brasil elenca no art. 177 atividades que são monopólio da União, enquanto que em seu art. 20 os bens de sua propriedade. Dessa forma Eros Grau<sup>73</sup> entende que o monopólio da propriedade do resultado não ofende ao princípio do monopólio das atividades disposto no art. 177 da Constituição Federal.

---

*serve como medida dos ganhos individuais obtidos com as trocas”.* Exemplificando, o valor pago pela fatura de energia elétrica não expressa necessariamente o preço que o consumidor está disposto a pagar, ou seja, o preço no qual seria indiferente aceitar ou não o serviço de distribuição de energia. A diferença entre o preço praticado pela distribuidora de energia elétrica e o preço máximo que o consumidor estaria disposto a pagar expressa o excedente do consumidor.

<sup>72</sup> GRAU, Eros Roberto. **A constituição de 1988 e a ordem econômica**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 298.

<sup>73</sup> *Ibidem*. p. 301.

Outra situação que implica no mau funcionamento dos mercados são as externalidades. Segundo Viscusi *et. ali.*<sup>74</sup> as externalidades ocorrem quando um determinado comportamento beneficiar um agente em detrimento de outro. Quando uma externalidade está presente, a concorrência não resulta em uma alocação ótima de recursos.

As externalidades podem ser classificadas entre externalidades negativas e positivas. Um exemplo de externalidade negativa é o ruído e a poluição do ar. O motorista, ao dirigir, comumente não está preocupado na qualidade do ar ou ruído experimentado pelo restante da população. Outra externalidade negativa ocorre quando existem vários agentes utilizando um mesmo recurso, como no caso de várias empresas extraíndo petróleo de um reservatório comum ou vários pescadores mourejando em um mesmo lago<sup>75</sup>.

Na busca pela maximização do lucro, esses agentes não levam em conta a forma como a sua atividade reduz o recurso e, por conseguinte, aumenta o custo de produção para outros agentes, como no caso de um pescador que realiza suas atividades no período de reprodução dos peixes, reduzindo a produção futura<sup>76</sup>.

As externalidades positivas ocorrem quando pessoas que não participaram das trocas são beneficiados<sup>77</sup>. Viscusi *et. ali.*<sup>78</sup> exemplificam como externalidades positivas o comércio de vacinas, mercado onde benefício não ocorre somente para quem comprou ou vendeu o produto, mas também para toda a sociedade, reduzindo a propagação de doenças. Mesmo nos casos de externalidade positivas, ocorre perturbação no equilíbrio de mercado, pois há benefícios obtidos por agentes sem a respectiva contrapartida econômica.

---

<sup>74</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 315.

<sup>75</sup> *Ibidem.*

<sup>76</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 315.

<sup>77</sup> Robert H. Frank, Ben S. Bernanke. **Princípios de Economia**. 4 ed. New Yourk: Macgraw-Hill, pg. 301.

<sup>78</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 316.

Segundo Sylvia e Saes<sup>79</sup> um terceiro argumento para a regulação é a informação assimétrica e imperfeita. A informação assimétrica ocorre quando um dos agentes possui melhor qualidade de informações, enquanto que a informação imperfeita ocorre quando o custo para se obter a informação é muito elevado para uma das partes que participam de trocas. Um exemplo típico é o que ocorre no comércio de veículos usados, quando o comprador não tem a informação do verdadeiro estado do veículo, de conhecimento do vendedor usuário.

Quando uma falha de mercado ocorre devido a externalidades, monopólio natural ou assimetria de informação existe uma razão potencial para a intervenção do Estado. No caso do monopólio natural a regulação tende a evitar que outras empresas entrem no mercado visando a melhoria da eficiência produtiva, além de regular o preço de modo a melhorar a eficiência alocativa, emulando o preço de concorrência ou preço marginal<sup>80</sup> evitando, dessarte, o preço de monopólio que ocorreria sem a intervenção Estatal.

Segundo Viscusi *et. ali.*<sup>81</sup> “quando há uma falha de mercado, a teoria da regulação pode ser capaz de aumentar o bem-estar social”. Existem duas vertentes para a análise normativa como uma teoria positiva, a primeira seria a análise normativa, com a função de compreender quando a regulamentação deve ocorrer, outra é a teoria positiva que explica quando a regulação ocorre. Viscusi *et. ali.*<sup>82</sup> ensinam que a análise normativa como uma teoria positiva utiliza análise normativa para gerar uma teoria positiva, ou seja, a regulação ocorre em resposta à

<sup>79</sup> Maria Sylvia; Macchione Saes. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: FAPESP, 1997, p. 24.

<sup>80</sup> Na abordagem *first best*, em que se minimiza o peso morto, o preço de monopólio que emula o mercado concorrencial é o custo marginal. Na prática a aplicação das tarifas pelos custos marginais não garantiria o equilíbrio econômico e financeiro do monopolista. Uma forma de se atingir o *first best* seria aplicar o imposto *lump-sum*, modelo teórico em sua gênese. Como alternativa se utiliza a abordagem *second best*, em que os custos marginais são ajustados de forma aditiva ou multiplicativa, de modo a atingir a receita necessária ao equilíbrio econômico e financeiro do monopolista. Hodiernamente, após a edição da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, os subsídios, assim entendidos como os que excedem os custos marginais, são parcialmente subsidiados pelo Estado (art. 17, parágrafo único), se orientando ao utópico modelo de transferências do tipo *lump-sum*. Para detalhes consultar NOGUEIRA, José Ricardo; CAVALCANTI José Carlos. **Determinação de tarifas em empresas de utilidade pública**. Revista Brasileira de Economia, Vol. 50, No 3 (1996), pg. 331 e ROSELLI, Marcio Andrey, TOMASELLI, Luís Cândido, Yatsu, Robson Khun. **Tarifas Diferenciadas Aplicadas às Unidades Consumidoras de Baixa Tensão**. SEPEF – Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico. São Paulo: 2009.

<sup>81</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 315.

<sup>82</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 315.

demanda do público para a correção de uma falha de mercado ou para a correção de práticas injustas. A análise normativa (quando deverá ocorrer regulamentação?) concebe uma teoria positiva (quando ocorre regulação?).

Na visão de Gheventer<sup>83</sup> a análise normativa como uma teoria positiva parte da visão utópica de que:

*“[...] os setores tipicamente regulados são aqueles onde surgem formas de falhas de mercado – monopólios naturais, externalidades, informação assimétrica e poder de mercado. Este paradigma de um Estado semelhante a um ditador benevolente - representante perfeito do interesse público, além de perfeito tomador de decisões - remonta a Adam Smith. Com o desenho institucional apropriado, políticas regulatórias sempre serão implementadas em favor da maximização do bem-estar social”.*

A análise normativa como uma teoria positiva é uma teoria incompleta, pois não demonstra que regulação ocorre para corrigir uma falha de mercado, mas apenas adota tal hipótese. A segunda crítica sobre a análise normativa como uma teoria positiva é realizada por Richard Posner<sup>84</sup>, conforme transcrição a seguir, *in verbis*:

*“Se esta teoria da regulação estivesse correta, encontraremos regulação aplicada principalmente em indústrias altamente concentradas (onde o risco de existir o monopólio é maior) e em indústrias que geram externalidades positivas ou negativas. Não se observa tal fato. Cerca de quinze anos de pesquisa teórica e empírica, conduzida principalmente por economistas, demonstraram que a regulação não é positivamente correlacionada com a presença de externalidades ou com estrutura de mercado monopolista. Poucos, se existir, que estudam a indústria da aviação, por exemplo, acreditam que há alguma peculiaridade intrínseca sobre o mercado*

<sup>83</sup> GHEVENTER, Alexandre. **Autonomia versus controle: origem do novo marco regulatório antitruste na América Latina e seus efeitos sobre a democracia**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, 2005, p. 41.

<sup>84</sup> Livre Tradução de Richard A. Posner. **Theories of Economic Regulation**. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, Vol. 5, n. 2. (Autumn, 1974), pg. 336. *“Were this theory of regulation correct, we would find regulation imposed mainly in highly concentrated industries (where the danger of monopoly is greatest) and in industries that generate substantial external costs or benefits. We do not. Some fifteen years of theoretical and empirical research, conducted mainly by economists, have demonstrated that regulation is not positively correlated with the presence of external economies or diseconomies or with monopolistic market structure. Few, if any, responsible students of the airline industry, for example, believe that there is some intrinsic peculiarity about the market for air transportation that requires prices and entry to be fixed by the government. The same may be said for trucking, taxi service, stock brokerage, ocean shipping, and many other heavily regulated industries. Even the danger of “market failure” in such traditionally unquestioned areas of regulation as health care, the legal profession, and the safety of drugs and other products is increasingly discounted”.*

*de transporte aéreo que exige preços de entrada a ser fixados pelo governo. O mesmo pode ser dito para caminhões, serviço de táxi, corretagem de ações, transporte marítimo, e muitas outras indústrias altamente reguladas. Até mesmo o risco das "falhas de mercado" em áreas tradicionalmente inquestionáveis de regulação como a saúde, a profissão legal, e a segurança de medicamentos e outros produtos está cada vez mais em declínio".*

Outro contraponto é o fato de que a prática demonstra que a regulação ocorre muitas vezes pela influência (*lobby*) de agentes com interesse direto na regulação. Ademais, nem sempre a regulação é eficiente em tolher a aplicação do preço de monopólio no caso de mercados caracterizados por monopólio natural.

Uma reformulação da análise normativa como uma teoria positiva diz que a regulamentação é originalmente criada para corrigir uma falha de mercado, mas, em seguida, é mal aplicada pelas Agências Reguladoras. Todavia, trata-se de uma hipótese sem conteúdo teórico consistente, pois parte-se de uma observação empírica avaliada em casos recorrentes em que uma premissa baseada na correção de falhas de mercado é alterada de modo a atender os objetivos das sociedades empresárias reguladas. Tal observação é explicada, em parte, pela Teoria da Captura.

## **2.4 Teoria da captura**

A teoria da captura, assim como a análise normativa como uma teoria positiva, não é propriamente uma teoria, mas hipóteses ou afirmações sobre observações empíricas. Embora tenham características de concepção similares, a teoria da captura surge em contraponto a teoria da análise normativa como uma teoria positiva.

A teoria da captura surge da observação empírica de que a regulação não está relacionada com a existência de falhas de mercado, mas, em última instância, é produzida para elevar o lucro em prol da sociedade empresária regulada. Segundo a teoria da captura a regulação é resposta da demanda do setor

de regulação, pois os legisladores são capturados pela indústria ou a agência reguladora passa a ser controlado pelos agentes ao longo do tempo<sup>85</sup>.

Segundo Gheventer<sup>86</sup>, discorrendo sobre a teoria da captura, “[...] a regulação é resultado da demanda da indústria por mecanismos que protejam seus lucros supranormais”.

A principal crítica da teoria da captura é sobre a inexistência de fundamentos teóricos, pois não explica como os reguladores passam a ser controlados pelas sociedades empresárias reguladas. Outra crítica proposta por Viscusi *et. ali.*<sup>87</sup> é a de que os mercados regulados possuem subsídios cruzados, que não atendem os interesses das empresas reguladas, pois prejudica a prática do preço monopolista. Ademais, outra observação é a de que pequenas sociedades empresárias reguladas comumente são autorizadas pelos reguladores a obter maiores lucros em relação às grandes empresas no âmbito da regulamentação. Tal observação é explicada pela teoria econômica da regulação.

## 2.5 Teoria econômica da regulação

Segundo a teoria econômica da regulação, ou teoria da competição entre grupos de interesse, a regulação não é concebida devido a falhas de mercado ou em benefício da empresa regulada, tal como disposto, respectivamente, pela análise normativa como uma teoria positiva ou teoria da captura.

A principal característica da teoria econômica da regulação é a conexão dos processos políticos e econômicos, no exame da regulação, consubstanciadas na norma jurídica. Segundo Fiani *apud* Joskow e Noll<sup>88</sup> a teoria econômica da regulação vem distinguir o processo normativo (como deve se comportar o regulador?) e positivo (como o regulador efetivamente se comporta?) do processo de regulação econômica, abordagem até então ignorada pelas teorias antecessoras sobre teoria da regulação.

---

<sup>85</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 318.

<sup>86</sup> GHEVENTER *op. cit.* p. 41.

<sup>87</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 318.

<sup>88</sup> JOSKOW, Paul L.; NOLL, Roger C. **Regulation in theory and practice: an overview.** In: FROMM, Gary. **Studies in public regulation.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1981, p. 36.

A teoria da competição entre grupos de interesse afirma que o legislador e o regulador estão preocupados em se perpetuar no poder. Segundo Cardoso *et. al*<sup>89</sup>:

*“Os formuladores da teoria veem regulação como produto da relação de diferentes grupos entre si e destes com o Estado. Para eles, a regulação não está imbuída de espírito público, mas sim de competição pelo poder.*

*.....omissis.....*

*Segundo essa teoria, as pressões são exercidas das mais diversas formas, inclusive financiamentos de campanha eleitoral.*

*Alguns autores dessa corrente tentam conciliar o interesse público com as perspectivas dos grupos de interesse. É o caso de Bernstein (1955), que sublinha o papel dos reguladores que devem implementar as missões que os legisladores negociaram entre grupos de interesse (consumidores, empresas e outras partes afetadas) - missões que firmam compromissos, mas que são vistas pelos participantes como formas de proteger o interesse público”.*

A literatura atual demonstra que o Estado não intervém apenas para sanar as falhas de mercado e buscar a alocação ótima de recursos, mas por interesses individuais de promover interesses particulares e obter apoio político, pois os agentes políticos e burocratas são, em última instância, maximizadores de seu bem estar privado, buscando renda, prestígio e poder<sup>90</sup>. Tais pressupostos derivam da escola da escolha racional, também conhecida como *public choice*.

Segundo Gheventer<sup>91</sup>, baseado nas teorias propostas por Srigler e Peltzman:

*“[...] os políticos formulam políticas para vencer eleições, em lugar de vencerem eleições com o propósito de formular políticas. O sistema partidário, então, é uma expressão da curva de preferência de eleitores. Olson, em outra obra fundamental, apresenta o problema do free rider, inerente a toda ação coletiva, e que decorre da racionalidade motivada para fins individualmente concebidos.*

*.....omissis.....*

*Diferente da versão simplista da teoria da captura, o grupo vencedor não ganha tudo; existe competição entre grupos de pressão. O político leva em consideração a intensidade de apoio/oposição dos grupos e seleciona o tamanho, considerado ótimo, do grupo a ser beneficiado/taxado”.*

<sup>89</sup> CARDOSO *op. cit.* p.779.

<sup>90</sup> GHEVENTER, Alexandre. **Autonomia versus controle: origem do novo marco regulatório antitruste na América Latina e seus efeitos sobre a democracia**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, 2005, pg. 42.

<sup>91</sup> *Ibidem*.



Segundo a Teoria Econômica da Regulação o objetivo imediato dos políticos é o de maximizar os votos, como forma de atingir os objetivos mediatos de renda, prestígio e poder. O problema agente principal é decorrente da delegação de poderes as agências, caracterizadas pela autonomia, sendo mais severo conforme se aumenta a autonomia. Segundo Gheventer<sup>92</sup> retrata as divergências que poderão ocorrer na relação agente/principal entre regulador e político, conforme transcrição:

*“[...] a regulação é o resultado das demandas de diversos grupos de interesses por intervenção governamental. Mas, como em geral não são os políticos responsáveis pela implementação da política, podem ocorrer divergências entre as políticas consideradas “ótimas” (que respondem aos grupos de interesses) e as políticas efetivas. Desta forma, a teoria da regulação, baseada em escolha racional, tem sido expandida pela inclusão da teoria agente/principal”.*

A teoria agente/principal parte do pressuposto de que o principal tem objetivos a serem atingidos, que somente podem se consubstanciar por meio do agente, detentor da delegação do principal e de informações privilegiadas. Como o agente não possui as mesmas preferências do agente deve existir mecanismos institucionais que permitam o maior controle do principal sobre o agente. Os objetivos divergentes entre o agente e principal decorrem de problemas de seleção adversa, quando o principal não conhece as verdadeiras qualidades do agente.

Segundo Varian<sup>93</sup> *“A seleção adversa se refere à situação em que um lado do mercado não pode observar o “tipo” ou a qualidade dos bens no outro lado do mercado. Por esses motivos é também denominado de informação oculta”.* É o que ocorre no mercado de carros usados, em que o comprador não conhece todas as informações do veículo, mesmo que o vendedor conheça em detalhes as deficiências do produto em decorrência da forma de utilização.

A seleção adversa, como modelo de assimetria da informação se aplica produtos. Com relação às ações de pessoas Varian<sup>94</sup> define perigo moral como *“[...] situações em que um lado do mercado não pode observar as ações do outro. Por esse motivo algumas vezes chamado problema da ação oculta”.* O problema é observado de forma recorrente no mercado de seguros, em que o

<sup>92</sup> GHEVENTER, *op cit.* p. 42.

<sup>93</sup> VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 701.

<sup>94</sup> *Ibidem.* p. 701.

contratante, após adquirir o seguro, tende a ser mais negligente quanto aos cuidados de segurança do objeto segurado. Da mesma forma, o principal, ao selecionar o agente, não pode observar suas ações, trata-se do problema de perigo moral.

Os problemas de delegação do principal pelo agente, bem como a forma de controle do principal, estão relacionadas as atividades das Agências Reguladoras, além das empresas concessionárias e permissionárias. Todavia, a relação entre agente e principal possui contornos que vão além da relação entre Agência Reguladora e concessionária/permissionária, tal como proposto por Gheventer<sup>95</sup>, que identifica quatro grupos de interesse envolvidos no processo regulatório, conforme Figura 2.

**Figura 2 – Problema do Agente/principal aplicado ao processo de regulação.**



**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Segundo Gheventer<sup>96</sup> cada ator busca seus interesses que nem sempre estão de acordo com o interesse público. Os políticos atendem a pressões de grupos de interesses, pois dependem de votos e apoio político. Todavia, de forma geral, os políticos delegam as decisões para o burocrata, detentor das informações sobre o ambiente regulado.

<sup>95</sup> GHEVENTER *op. cit.* p. 47.

<sup>96</sup> GHEVENTER *op. cit.* p. 47.

Como podemos observar da Figura 2, não existe uma relação direta entre o eleitor e o burocrata, como na relação entre agente/principal os objetivos do burocrata nem sempre coadunam com o do político. O perigo moral existente entre políticos e reguladores, fica evidenciado quando se considera as relações entre reguladores e empresas reguladas, bem como a relação entre eleitores e políticos <sup>97</sup>.

Apesar do perigo moral existente nas relações entre agente/principal, a intensa ação administrativa suscita perda de credibilidade e incerteza a investidores. Nesse sentido Gheventer<sup>98</sup> ensina que *“abrir mão de poderes administrativos, para gerar credibilidade, implica delegar esses poderes para agências regulatórias dotadas de autonomia”*.

Richard Posner<sup>99</sup> afirma que teoria da regulação se mostra aderente a economia comportamental, onde o processo político é pautado por interesses individuais na busca pela máximação da utilidade individual.

Em que pese às motivações egoísticas da teoria econômica da regulação, as relações devem ser pautadas pelos princípios dispostos na Constituição Federal, que impõe limites e condições de contorno nas relações que envolvem o Poder Legislativo. Nesse sentido Eros Grau<sup>100</sup> ensina que *“[...] o estatuto jurídico do político, o que prontamente nos remete à ponderação de valores políticos”*.

No presente estudo se adotará a teoria econômica da regulação, por se mostrar mais aderente a influência do Poder Legislativo nos atos das Agências Reguladoras e por apresentar similitudes ao modelo regulatório vigente no Brasil.

---

<sup>97</sup> VISCUSI, W.; VERNON, J. & HARRINGTON, J. (1995). **Economics of Regulation and Antitrust**. Cambridge, Mass: The MIT Press, pg. 320.

<sup>98</sup> GHEVENTER *op. cit.* p. 59.

<sup>99</sup> Richard A. Posner. **Theories of Economic Regulation**. The Bell Journal of Economics and Management Science, Vol. 5, n<sup>o</sup>. 2. (Autumn, 1974), p. 356.

<sup>100</sup> GRAU, Eros Roberto. **A constituição de 1988 e a ordem econômica**. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 229.

### 3 CUSTO DE DISPONIBILIDADE

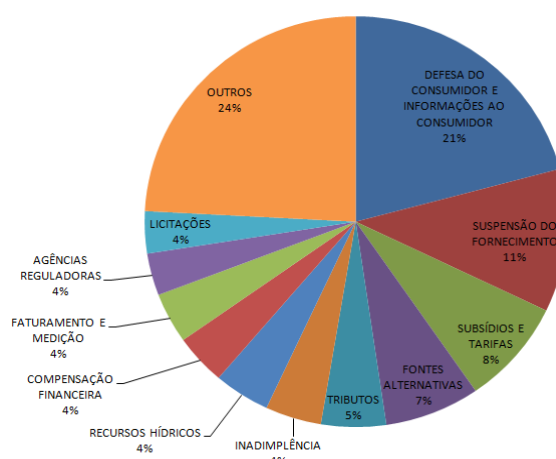
Hodiernamente estão em tramitação no Congresso Nacional 292 (duzentos e noventa e dois) projetos de Lei e 10 (dez) projetos de emendas à Constituição Federal, com temas relacionados à regulação dos serviços públicos de energia elétrica, maioria dos quais com normas infralegais editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Tabela 1 apresenta o quantitativo de projetos, bem como a descrição geral dos temas tratados.

**Tabela 1 – Projetos de Lei ou Emenda Constitucional.**

| Assunto  | Quantidade | Descrição  |
|--|------------|--|
| DEFESA DO CONSUMIDOR                               | 63         | Criação de Código de proteção e defesa do usuário do serviço público federal; aplica ou amplia o direito do consumidor aos usuários de serviços públicos; altera as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, ressarcimento de danos, atendimento telefônico, etc. |
| SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO                          | 34         | Evita a suspensão de energia por inadimplência ou impõe condições para sua efetivação; condições gerais de suspensão do fornecimento de energia por inadimplência; proibição de taxas de religação.  |
| SUBSÍDIOS E TARIFAS                                | 25         | Concede subsídios ou isenção de tarifas a determinadas classes de consumidores.  |
| FONTES ALTERNATIVAS                                | 22         | Incentivo a Fontes Renováveis ou fortalecimento da indústria nacional especializada.   |
| TRIBUTOS   | 15         | Altera o fato gerador do Tributo, sobremaneira ICMS.   |
| INADIMPLÊNCIA                                      | 13         | Regula o valor das multas e cadastro de inadimplentes.   |
| RECURSOS HÍDRICOS                                  | 13         | Questões gerais sobre usinas hidroelétricas.   |
| COMPENSAÇÃO FINANCEIRA                             | 12         | Altera a Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH).  |
| FATURAMENTO E MEDIÇÃO                              | 12         | Dispõe sobre critérios de medição da energia elétrica, forma de pagamento e formas de apresentação das tarifas.  |
| AGÊNCIAS REGULADORAS                               | 10         | Objetivo de restringir ou ampliar a autonomia das Agências Reguladoras.  |
| LICITAÇÕES   | 10         | Condições gerais de licitação; necessidade de informar subcontratações ou condições das contratadas; uso de certificação ambiental para desempate em concorrências.  |
| MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SOCIEDADE | 17         | Normas gerais de proteção ambiental relacionada ao contrato de concessão.  |
| CUSTO DE DISPONIBILIDADE                           | 9          | Proibição da cobrança de taxa mínima, também denominada de Custo de Disponibilidade, assinatura básica ou tarifa mínima.   |
| GERAÇÃO  | 6          | Questões de segurança e proteção ambiental de usinas hidroelétricas.   |
| CONTRATOS  | 5          | Publicização dos contratos de concessão; Controle do contrato de concessão; especificação de mecanismos de revisão das tarifas; instituir contrato de adesão padrão.   |
| ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA                              | 4          | Controle das tarifas em benefício da modicidade tarifária e em detrimento da manutenção do Equilíbrio Econômico e Financeiro do Contrato de Concessão.   |
| FISCALIZAÇÃO                                       | 4          | Projetos de Lei com conteúdo sobre fiscalização de empresas específicas e privatização do setor elétrico.  |
| RECURSOS HUMANOS                                   | 4          | Regime jurídico dos servidores das Agências Reguladoras.   |
| OUTROS   | 24         | Temas diversos sobre o setor elétrico.   |
| Total  | 302        | -  |

O Anexo ao presente trabalho apresenta a lista com todos os projetos de Lei e emendas à Constituição analisados, bem como uma breve síntese da proposta, que serviu de ferramenta para a delimitação do tema de trabalho. A Figura 2 apresenta a distribuição dos projetos de Lei – PL e de Emendas Constitucionais – EC, segregados por tema.

**Figura 3 – Distribuição PL e EC por Tema.**



**Fonte: Elaborado pelo Autor.**

Conforme se observa o tema mais recorrente nos projetos de lei é o que se relaciona aos direitos dos consumidores. Em específico, os projetos que tratam do Custo de Disponibilidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, doravante Custo de Disponibilidade, implicam em grande impacto econômico, cuja análise de concepção e objetivos foi pouco explorada no âmbito do setor elétrico brasileiro. O Custo de Disponibilidade é tema iminente de alteração por meio de projetos de Leis, muitas das vezes sendo objeto de análise superficial dos efeitos imediatos da sua extinção.

### 3.1 Âmbito de aplicação dos projetos de Lei

A grande maioria dos projetos de Lei relacionados ao setor elétrico, incluído o Custo de Disponibilidade, está relacionados ao Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990<sup>101</sup>. O referido diploma

<sup>101</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2013.

legal, em seu art. 3º define como fornecedor a pessoa jurídica pública ou privada que desenvolve a atividade de prestação de serviços, *in verbis*:

*“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.*

*§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.*

*§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”.*

O art. 6º do Código de Defesa do Consumidor deixa claro sua aplicação aos Serviços Públicos, dispondo sobre o direito do consumidor a sua adequada e eficaz prestação, conforme transcrição a seguir: *“Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”*<sup>102</sup>.

Em que pese à aplicação do Código de Defesa do Consumidor na relação entre concessionário de serviços públicos de energia elétrica e usuários, deve-se ponderá-las a luz da Lei Geral das Concessões<sup>103</sup>, sobremaneira no que concerne o capítulo III, que trata dos direitos e obrigações dos usuários, e capítulo IV, que trata da política tarifária, que dispõe sobre a necessidade de observância dos contratos de concessão.

Nesse diapasão, existem no Congresso Nacional diversos projetos de Lei dispondo sobre a Criação de Código de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público Federal, reconhecendo a necessidade de aplicação diferenciada nas relações de consumo aos contratos de concessão de serviços públicos.

Ademais das peculiaridades da relação de consumo nos serviços públicos concedidos, o Estado deve observar os pormenores dos serviços de

<sup>102</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2013.

<sup>103</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

distribuição de energia elétrica. A Resolução Normativa nº 414<sup>104</sup>, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica trata da relação entre o concessionário de serviços público de concessão ou permissão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e consumidor, conforme art. 1º, transcrito a seguir: *“Art. 1º Estabelecer, de forma atualizada e consolidada, as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, cujas disposições devem ser observadas pelas distribuidoras e consumidores”*.

Os projetos de Lei relacionados à defesa do consumidor tem o condão de alterar sobremaneira as disposições das relações dispostas na Resolução Normativa nº 414/2010, alterando as condições gerais de fornecimento de energia elétrica. Ademais, temas relacionados ao ressarcimento de danos elétricos, qualidade do atendimento telefônico, qualidade do serviço prestado, criação de subsídios e a extinção do Custo de Disponibilidade dos serviços de distribuição de energia elétrica são temas recorrentes nos projetos sobre defesa do consumidor.

Conforme explanado por Marques<sup>105</sup> não há conflito real na coexistência no mesmo ordenamento jurídico do Código de Defesa do Consumidor e Lei Geral de Concessões, mas somente antinomias aparentes que podem ser resolvidas com o uso da aplicação subsidiária entre Leis ou mesmo entre Lei e normas infra legais. Segundo Marques<sup>106</sup>: *“Útil, pois, é a ideia de ‘diálogo’ das fontes, diálogo que significa a aplicação simultânea, coordenada e sistemática destas duas leis principais e coexistentes no Direito Privado brasileiro”*.

### 3.2 Projetos de lei relacionados ao Custo de Disponibilidade

Existem hodiernamente 7 (sete) projetos de lei dispendo sobre a vedação da cobrança dos custos de disponibilidade dos serviços públicos concedidos, sob a denominação de assinatura básica, tarifa mínima, assinatura

<sup>104</sup> BRASIL. Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <[www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2013.

<sup>105</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Superação das antinomias pelo Diálogo das Fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002**. Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe, Aracaju, SE, v. 7, p. 15-54, 2004.

<sup>106</sup> *Ibidem*.

básica, Custo de Disponibilidade, ou, de forma mais ampla, proibindo o estabelecimento de tarifa cuja exigibilidade não se vincule à efetiva prestação do serviço público.

Os projetos que dispõe sobre a proibição da cobrança do Custo de Disponibilidade seguem as justificações do Projeto de Lei nº 2515/2003<sup>107</sup>, proposto pelo Deputado Alex Canziani, transcrito parcialmente a seguir:

*“Ao contrário de serviços públicos que sujeitam os potenciais usuários ao pagamento de taxa, que independe da efetiva utilização dos serviços postos à disposição da sociedade, os serviços públicos explorados por terceiros, mediante concessão ou permissão, são objeto de remuneração de natureza tarifária, cujo princípio consiste em que seu pagamento é exigido apenas de quem efetivamente usa o serviço público e na proporção em que o faz. Esse princípio, que deveria constar da disciplina legal sobre a matéria, nela não figura. Essa omissão tem propiciado a cobrança das chamadas “tarifas mínimas”, que são impostas aos usuários, mesmo nos períodos em que não tenha sido prestado qualquer serviço efetivo. Seja a título de “assinatura básica”, seja oculta sob denominações diversas, o fato é que parcela dessa natureza não possui características tarifárias e, como tal, deveria ser expurgada das faturas cobradas dos usuários. Assim, buscando eliminar tal cobrança abusiva, submeto a meus ilustres Pares o presente projeto de lei, para impedir a imposição de parcelas tarifárias dessa espécie ao usuário de serviços públicos. Para tanto, proponho acrescentar parágrafos ao art. 13 da já referida Lei nº 8.987, de 1995”.*

Das justificativas apontadas, está a falta de contraprestação do serviço cobrado por meio do Custo de Disponibilidade.

Nos tópicos seguintes será realizado o cotejo entre a motivação dos projetos de lei e os efeitos da extinção do Custo de Disponibilidade, incluindo a insegurança jurídica dos contratos de concessão. A relação entre causa e efeito será analisada à luz da Teoria Econômica da Regulação.

### **3.3 Características do Custo de Disponibilidade**

Dos projetos de Lei com temas de interesse do setor elétrico existem 7 (sete) que tratam da aplicação do Custo de Disponibilidade nos serviços de

---

<sup>107</sup> BRASIL. **Projeto de Lei nº 2515/2003 proposto pelo Deputado Alex Canziani**. Disponível em: [www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=181589](http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=181589). Acesso em: 6 jun. 2013.



distribuição de energia elétrica. Apesar de não estar entre os temas mais recorrentes, adotou-se como tema de estudo dada a sua relevância em termos econômicos e pela necessidade de análise, muitas das vezes desvalida nas motivações dos projetos. A análise pormenorizada, avaliando os objetivos mediatos do Custo de Disponibilidade à luz da teoria da regulação, demonstra como a interferência mal sucedida do Poder Legislativo pode causar prejuízos a sociedade.

A fatura de energia elétrica para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão é obtida, em regra, na forma unidimensional, pela simples multiplicação da tarifa pelo consumo de energia, denominada de tarifa monômia<sup>108</sup>. O Custo de Disponibilidade é um patamar mensal mínimo para o valor pago da fatura, possuindo características similares à assinatura básica do setor de telefonia ou valor de consumação em bares e casas noturnas<sup>109</sup>.

A utilização do termo tarifa mínima é inadequada, pois a incidência do Custo de Disponibilidade está no faturamento, e não na tarifa efetivamente praticada. No setor elétrico são aplicados Custos de Disponibilidade de acordo com tipo de ligação da rede elétrica: monofásica, binômica e trifásica. A ligação está relacionada a capacidade de fornecimento de energia elétrica, em geral a maior capacidade ocorre para a ligação trifásica, enquanto que a ligação monofásica e bifásica apresentam capacidades menores de fornecimento da energia<sup>110</sup>.

A Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010<sup>111</sup>, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, dispõe sobre o Custo de Disponibilidade em seu art. 98 e seguintes, *in verbis*:

*“Art. 98. O Custo de Disponibilidade do sistema elétrico, aplicável ao faturamento mensal de consumidor responsável por unidade consumidora do grupo B, é o valor em moeda corrente equivalente a:*  
*I – 30 kWh, se monofásico ou bifásico a 2 (dois) condutores;*

<sup>108</sup> Além da tarifa monômica, representada por um valor pago por unidade de energia (R\$/kWh) existem as tarifas binômicas, onde o valor da fatura é obtido pela aplicação de duas tarifas, uma aplicada a capacidade disponibilizada (R\$/kW) e outra aplicada ao consumo (R\$/kWh).

<sup>109</sup> ROSELLI, Marcio Andrey, TOMASELLI, Luís Cândido, Yatsu, Robson Khun. Tarifas Diferenciadas Aplicadas às Unidades Consumidoras de Baixa Tensão. SEPEF – Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico. São Paulo: 2009.

<sup>110</sup> ROSELLI, *op. cit.*

<sup>111</sup> BRASIL. Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <[www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2013.

*II – 50 kWh, se bifásico a 3 (três) condutores; ou*

*III – 100 kWh, se trifásico.*

*§ 1º O Custo de Disponibilidade deve ser aplicado sempre que o consumo medido ou estimado for inferior aos referidos neste artigo, não sendo a diferença resultante objeto de futura compensação.*

*§ 2º Para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda devem ser aplicados os descontos no Custo de Disponibilidade, referentes ao consumo de energia elétrica definidos nesta resolução.*

*§ 3º Para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda Indígena ou Residencial Baixa Renda Quilombola será concedido desconto integral para os casos previstos nos incisos I e II e no caso do inciso III será cobrado o valor em moeda corrente equivalente a 50 kWh”.*

O Custo de Disponibilidade é um valor mínimo faturável dos consumidores atendidos em baixa tensão, variável de acordo com o tipo de ligação. Dessa forma, uma unidade consumidora atendida em baixa tensão monofásica nunca terá uma fatura inferior ao consumo de 30 (trinta) kWh multiplicado pelo respectivo valor da tarifa. Da mesma forma, um consumidor atendido com ligação trifásica nunca terá sua fatura inferior a 100 kWh, multiplicada pelo respectivo valor da tarifa.

Uma alternativa ao Custo de Disponibilidade é a aplicação dos custos fixos, de forma independente do consumo. Dessa forma, além do valor faturado de consumo, tal modalidade, denominada de binômia, implicaria adicionalmente em um custo fixo, dependente de alguma característica de atendimento, tal como a capacidade máxima, medida em kW. Embora existam justificativas que indiquem a adequação da tarifa binômia a forma de custos incorridos no sistema de distribuição, existe vedação em regulamento, como disposto no Decreto n.º 62.724, 17 de maio de 1968<sup>112</sup>, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação da tarifa monômia nos consumidores atendidos em baixa tensão, *in verbis*:

*“Art. 13. As tarifas a serem aplicadas aos consumidores do Grupo B serão, inicialmente, calculadas sob a forma binômia com uma componente de demanda de potência e outra de consumo de energia e serão fixadas, após conversão, para a forma monômia equivalente, admitindo-se o estabelecimento de blocos.*

<sup>112</sup> BRASIL. **Decreto n.º 62.724, 17 de maio de 1968**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D62724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D62724.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

*Parágrafo único. Será admitida a fixação de uma tarifa aplicável à corrente elétrica utilizada durante o período de medição pelos consumidores do Grupo "B", quando a carga instalada na unidade consumidora for de pequeno porte"*

Dessa forma, restou ao regulamento da Agência Reguladora a definição dos Custos de Disponibilidade, mantendo as características de tarifa monômnia, aplicado a um único fato gerador, o consumo de energia.

O Custo de Disponibilidade tem a função de suportar os custos necessários à continuidade dos serviços públicos de energia elétrica, mesmo que não ocorra o consumo. Tratam-se dos custos para manter e recuperar os investimentos dos ativos, tais como ramais de ligação e medidores de energia, além de custos operacionais com leitura e faturamento das unidades consumidoras. Dessarte, mesmo que não ocorra o consumo de energia elétrica existe o custo efetivo para sua disponibilização.

Um exemplo que explicita os custos com a disponibilização do serviço de distribuição de energia elétrica, é o que ocorre nas unidades consumidoras de veraneio. Nesses casos a distribuidora disponibiliza toda a estrutura de redes de distribuição para que o consumidor a utilize somente em alguns meses do ano. No período em que não há o consumo de energia, a distribuidora incorre em custos, decorrentes do faturamento e medição, bem como os custos com manutenção e depreciação dos ativos disponibilizados ao consumidor. O Custo de Disponibilidade tem o condão de recuperar parte dos custos incorridos pelos consumidores que subutilizam a rede de distribuição, evitando que os custos sejam redistribuídos ao restante dos consumidores, de modo a garantir o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão.

### **3.4 Histórico**

O principal marco para a regulação do setor elétrico brasileiro foi o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que instituiu o Código de águas, regulamentado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que Regulamenta os serviços de energia elétrica. Desde então vários atos

regulamentares foram editados, pelo Ministério da Agricultura, e posteriormente pelo Departamento Nacional de Energia Elétrica – DNAEE <sup>113</sup>.

Segundo Jannuzzi <sup>114</sup> o primeiro ato editado, que trata especificamente do Custo de Disponibilidade dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica foi a Portaria MME nº 378, de 26/03/75, que fixou os valores mínimos de consumo mensal aplicáveis ao faturamento de unidades consumidoras do Grupo B, conforme transcrição a seguir:

**“TAXAS DIVERSAS**

*26. Ficam estabelecidos os seguintes valores mínimos de consumo mensal, a vigorarem a partir do faturamento de janeiro de 1976, para os consumidores faturados no Grupo B:*

**a) monofásicos: 30 kWh;**

**b) bifásicos: 50 kWh;**

**c) trifásicos: 100 kWh;**

*38. Fica à concessionária facultado o direito de cobrar, dos consumidores veranistas que solicitarem desligação e religação da mesma unidade de consumo, em um período de 12 meses, os valores mínimos de consumo mensal dos meses compreendidos nesse período”.*

Surge desde então o Custo de Disponibilidade dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O conteúdo é similar ao adotado pela Resolução Normativa nº 414/2010 vigente. Todavia, a Portaria MME nº 378, de 26/03/75 adotou termos inadequados, como as taxas, que, por extensão, impregnaram também os valores mínimos de consumo, os quais foram posteriormente denominados de “taxas mínimas”.

Posteriormente a Portaria DNAEE nº 095<sup>115</sup>, de 17 de novembro de 1981, manteve inalteradas as disposições quanto ao Custo de Disponibilidade dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Todavia, não mais adotou o termo taxas, conforme transcrição a seguir:

*“Art. 38 - O faturamento inicial deverá corresponder a um período de consumo não inferior a 15 (quinze) dias.*

<sup>113</sup> JANNUZZI, Antônio Cezar. **Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica – História e Perspectivas**. Monografia apresentada no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca – CEFET/RJ. Rio de Janeiro: 2003, p.1-2.

<sup>114</sup> *Ibidem*. p. 3.

<sup>115</sup> *Ibidem*. p. 4.

Art. 42 - Os valores mínimos de consumo mensal, aplicáveis ao faturamento dos consumidores incluídos no Grupo B, serão os seguintes:

**I – monofásicos: 30 kWh;**

**II – bifásicos : 50 kWh;**

**III – trifásicos : 100 kWh.**

Parágrafo único - Os valores mínimos mensais também se aplicarão nos casos abaixo, se o consumo for inferior a estes valores:

a) faturamento inicial, observado o disposto no art. 38;

b) faturamento final, independentemente do número de dias de fornecimento”.

A Portaria DNAEE nº 222<sup>116</sup>, de 22 de dezembro de 1987, manteve a redação dada pela Portaria DNAEE nº 095, de 17 de novembro de 1981. A Portaria DNAEE nº 466<sup>117</sup>, de 12 de novembro de 1997, alterou as faixas de aplicação do Custo de Disponibilidade, antes denominados de valores mínimos de consumo de energia elétrica mensal, *in verbis*:

“Art. 43. Os valores mínimos de consumo de energia elétrica mensal, aplicáveis ao faturamento de unidades consumidoras incluídas no Grupo B, serão os seguintes:

**I - monofásico e bifásico a 2 (dois) fios: 30 kWh;**

**II - bifásico a 3 (três) fios: 50 kWh;**

**III - trifásico: 100 kWh.**

Parágrafo único. Os valores mínimos mensais também se aplicarão nos casos abaixo, se o consumo de energia elétrica for inferior a estes valores:

a) faturamento inicial, observado o disposto no art. 38;

b) faturamento final, independentemente do número de dias de fornecimento;

c) faturamento relativo a fornecimento provisório previsto no art. 86.

Art. 44. Nas áreas de veraneio ou turismo, o concessionário poderá cobrar os valores mínimos de consumo de energia elétrica mensal correspondentes ao período em que a unidade consumidora tiver permanecido desligada, desde que tenha sido solicitada a religação em prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, área de veraneio ou turismo será aquela oficialmente reconhecida como estância balneária, climática ou turística”.

A Resolução ANEEL n.º 456<sup>118</sup>, de 29 de novembro de 2000, manteve o texto da Portaria DNAEE nº 466, não inovando na aplicação do Custo de Disponibilidade. A Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, hodiernamente em vigor, adotou o termo Custo de Disponibilidade, mantendo

<sup>116</sup> JANNUZZI *op. cit.* p. 6.

<sup>117</sup> JANNUZZI *op. cit.* p. 6.

<sup>118</sup> BRASIL. **Resolução Normativa ANEEL n.º 456, de 29 de novembro de 2000.** Disponível em: <[www.aneel.gov.br/cedoc/res2000456.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2000456.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

inalteradas as demais disposições contidas na Resolução ANEEL n.º 456, de 29 de novembro de 2000.

Conforme se observa da Tabela 2 o Custo de Disponibilidade é adotado no setor de distribuição e energia elétrica desde a edição da Portaria MME n.º 378/75, sofrendo poucas alterações quanto a sua definição.

**Tabela 2 - Evolução do Custo de Disponibilidade.**

|                            | Portaria<br>MME n.º<br>378/75 | Portaria<br>DNAEE<br>n.º<br>095/81 | PORTARIA<br>DNAEE n.º<br>222/87 | PORTARIA<br>DNAEE n.º<br>466/97 | RESOLUÇÃO<br>ANEEL n.º<br>456/00 | RESOLUÇÃO<br>ANEEL n.º<br>414/10 |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Monofásico                 | 30                            | 30                                 | 30                              | 30                              | 30                               | 30                               |
| Bifásico a 2<br>condutores | 50                            | 50                                 | 50                              | 30                              | 30                               | 30                               |
| Bifásico a 3<br>condutores | 50                            | 50                                 | 50                              | 50                              | 50                               | 50                               |
| Trifásico                  | 100                           | 100                                | 100                             | 100                             | 100                              | 100                              |

A análise histórica demonstra que o Custo de Disponibilidade é prática vetusta no setor elétrico. A eventual supressão deve ser precedida de análise pormenorizada de suas funções e objetivos mediatos.

### 3.5 Do Direito de Aplicação

Dentre as teses de ilegalidade da cobrança do Custo de Disponibilidade, há o argumento de que possui características de taxa, não podendo, dessarte, ser determinada por Resolução. Todavia, o serviço público de distribuição de energia elétrica não é compulsório, existem alternativas válidas e acessíveis para sua obtenção, tal como a geração própria<sup>119</sup>. Ademais, não se observa no Custo de Disponibilidade a intervenção estatal.

<sup>119</sup> Nesse sentido **Apelação em Mandado de Segurança n. 295950**, de relatoria do Juiz Souza Ribeiro da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Disponível em: <[www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/091221tarifaenergia.pdf](http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/091221tarifaenergia.pdf)>. Acesso em. 21 fev. 2013.

A política tarifária está disposta no art. 175 da Constituição Federal<sup>120</sup>, *ad litteris*:

*“Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

*Parágrafo único. A lei disporá sobre:*

*I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;*

*II - os direitos dos usuários;*

*III - política tarifária;*

*IV - a obrigação de manter serviço adequado”.*

O simples fato do Estado regular a prestação do serviço público não configura a intervenção estatal, a intervenção se aplica somente nos casos em que o Estado atua regulando área de titularidade do setor privado. Nesse sentido Eros Grau<sup>121</sup> ensina que:

*“[...] o Estado não pratica intervenção quando presta serviço público ou regula a prestação de serviço público. Atua, no caso, em área de sua própria titularidade, na esfera pública. Por isso mesmo dir-se-á que o vocábulo intervenção é, no contexto, mais correto do que a expressão atuação estatal: intervenção expressa atuação estatal em área de titularidade do setor privado; atuação estatal, simplesmente, expressa significado mais amplo”.*

Segundo Eros Grau<sup>122</sup> *“não obstante as dificuldades que se antepõem ao discernimento da linha que traça os limites entre os dois campos, ele se impõe: intervenção é atuação na área da atividade econômica em sentido estrito; exploração de atividade econômica em sentido estrito e prestação de serviço público estão sujeitas a distintos regimes jurídicos (arts. 173 e 175 da Constituição de 1988)”.*

Embora o art. 175 da Constituição Federal não defina o escopo do termo serviços públicos<sup>123</sup>, a Lei n. 8.987<sup>124</sup>, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe

<sup>120</sup> BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>121</sup> GRAU, Eros Roberto. **A Constituição de 1988 e a ordem econômica**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 91.

<sup>122</sup> *Ibidem*. p. 109.

<sup>123</sup> Nesse sentido ver LOUREIRO, Luiz Gustavo Kaercher. **Premissas para uma leitura integrada da indústria da energia na Constituição e para identificação de uma política energética**

sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê a aplicação de outras fontes provenientes de receitas alternativas, *in verbis*:

*“Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

*Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a **possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias** ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei”. G.N.*

Nesse sentido, o Custo de Disponibilidade visa tornar a tarifa praticada pelo concessionário ou permissionário viável para a exploração do serviço, cobrindo despesas com o custo dos serviços e mantendo o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão ou permissão. A própria Lei Geral de Concessão prevê a possibilidade de outras fontes para receitas do contrato de concessão de modo a promover a modicidade tarifária.

Segundo Eros Grau<sup>125</sup> *“direito não é mero agregado de normas, porém um conjunto dotado de unidade e coerência”*. A constituição representa um conjunto de valores, contemplados em princípios, que devem ser conformadores da interpretação das regras constitucionais. Dentre os princípios constitucionais Eros Grau<sup>126</sup> define o da Justiça social, conforme o que segue, *in verbis*:

*“Justiça social, inicialmente, quer significar superação das injustiças na repartição, a nível pessoal, do produto econômico. Com o passar do tempo, contudo, passa a conotar cuidados, referidos à repartição do produto econômico, não apenas inspirados em razões micro, porém macroeconômicas: as correções na injustiça da repartição deixam de ser apenas uma imposição ética, passando a consubstanciar exigência de qualquer política econômica capitalista”*.

---

**constitucional – a propósito dos arts. 173 e 175 da Carta.** Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 8, n. 29, p. 13, abr. 2010.

<sup>124</sup> BRASIL. **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>125</sup> GRAU *op. cit.* p. 165.

<sup>126</sup> *Ibidem.* p. 229.



Nesse sentido, a aplicação do Custo de Disponibilidade é uma forma de Justiça Social, pois tem a função de repartir corretamente os custos e receitas do produto econômico.

Por fim, os projetos de Lei utilizam a justificativa de conflito entre o Código de Defesa do Consumidor e Lei Geral de Concessões, quando aquele trata do serviço efetivamente prestado. Conforme explanado por Marques <sup>127</sup> não há conflito real na coexistência no mesmo ordenamento jurídico do Código de Defesa do Consumidor e Lei Geral de Concessões, mas somente antinomias aparentes que podem ser resolvidas com o uso da aplicação subsidiária entre Leis ou mesmo entre Lei e normas infra legais. Segundo Marques <sup>128</sup>: *“Útil, pois, é a ideia de ‘diálogo’ das fontes, diálogo que significa a aplicação simultânea, coordenada e sistemática destas duas leis principais e coexistentes no Direito Privado brasileiro”*.

O que a distribuidora presta é o serviço de distribuição, que está disponível, independentemente da energia consumida. O valor expresso pelo Custo de Disponibilidade representa o serviço de distribuição e não o produto energia.

### 3.6 Teoria da análise normativa como uma teoria positiva

A base para a teoria da análise normativa como uma teoria positiva é o interesse público para a regulação. Segundo tal teoria, existem condições em que o mercado não funciona bem, como exemplo Viscusi *et. ali.* <sup>129</sup> citam o monopólio natural e mercados com externalidades. Nesse sentido a regulação teria a função de zelar pelo interesse público.

Em apertada síntese, os custos que independem do consumo são denominados de custos fixos. Tais custos existem pela simples eventualidade de uso do serviço público.

---

<sup>127</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Superação das antinomias pelo Diálogo das Fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002.** Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe, Aracaju, SE, v. 7, p. 15-54, 2004. Disponível em: <[www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/ClaudiaLM.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/ClaudiaLM.pdf)>. Acesso em: 3 mai. 2013.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

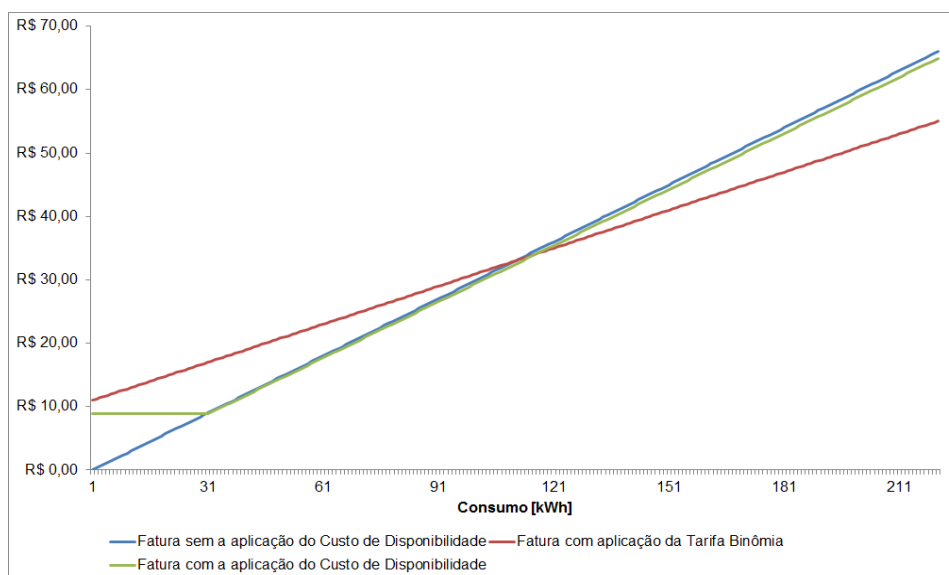
<sup>129</sup> VISCUSI *op. cit.* p. 314.

No caso da supressão da cobrança do Custo de Disponibilidade os custos fixos serão socializados, em benefício do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. Dessarte, usuários com consumo superior aos limites dispostos pelo art. 98 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 teriam uma majoração das tarifas, em detrimento da redução das faturas dos usuários sob a incidência dos Custos de Disponibilidade.

Os projetos de Lei partem do pressuposto de que há uma relação direta entre o consumo e a renda do usuário. Dessa forma, os legisladores entendem que os maiores prejudicados com a cobrança seriam os usuários dos serviços com baixo consumo e, de acordo com tal ideologia, com as menores rendas.

A Figura 4 apresenta curvas pictóricas demonstrando a função dos custos com o consumo. Ao de extinguir o Custo de Disponibilidade os consumidores com consumo superior a 30 kWh, na forma monômia, teriam seus custos majorados.

**Figura 4 – Modalidades tarifárias. Elaborado pelo autor.**



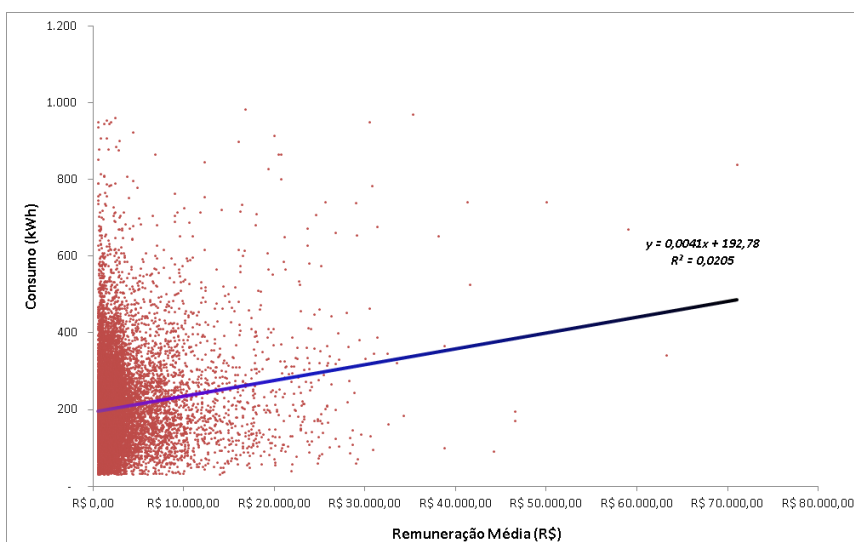
**Fonte: Elaborado pelo Autor.**

A aplicação do Custo de Disponibilidade respeita os requisitos de generalidade dos serviços de distribuição, pois não há relação direta entre consumo

de energia e renda. A relação aparente, porém errônea, é a de que o consumo da energia está diretamente conexo à renda do consumidor, conforme já observado no caso do consumo de água <sup>130</sup>. Observam-se na prática que unidades consumidoras com consumo de energia nas faixas de incidência dos custos de disponibilidade possuem características de casas de veraneio, residências provisórias ou individuais. Um exemplo prático: o limiar de incidência do Custo de Disponibilidade de uma unidade consumidora monômnia, de 30 kWh, seria o suficiente para disponibilizar duas lâmpadas fluorescentes de modo contínuo durante um mês, ou um chuveiro elétrico por 15 minutos diários, sendo insuficiente para a sustentação de uma família, independentemente da renda.

No caso específico do setor elétrico a relação entre a renda dos usuários e o consumo de energia não é diretamente proporcional, ou seja, consumidores com baixo consumo não necessariamente possuem uma baixa renda, da mesma forma que um alto consumo de energia não determina uma grande renda do consumidor. A Figura 5 apresenta a relação entre renda e consumo de consumidores da cidade de São Paulo.

**Figura 5 – Relação entre renda e consumo de energia.**



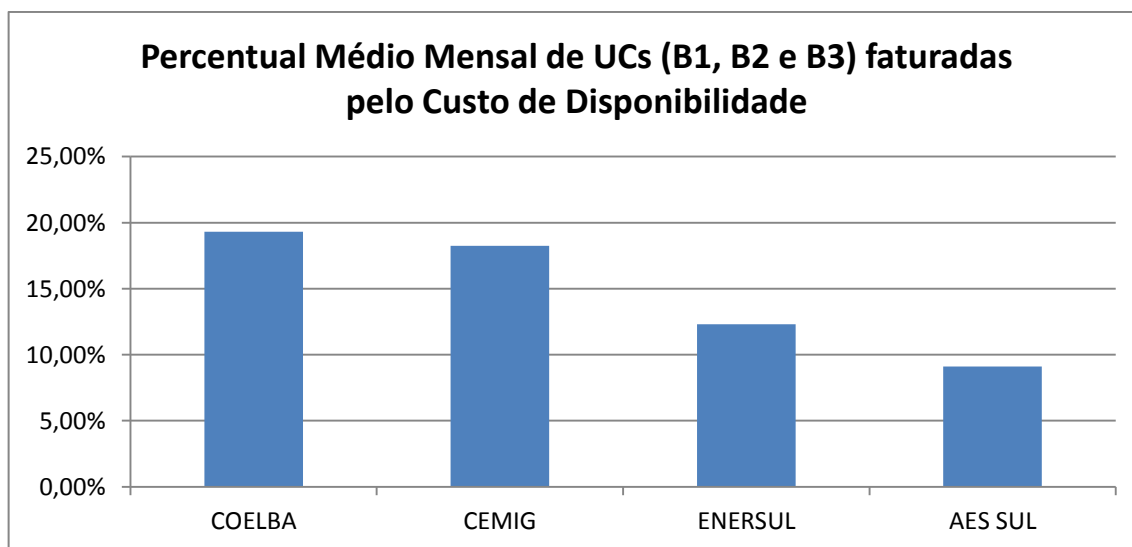
**Fonte: Elaborado pelo Autor. Dados: Agência Nacional de Energia Elétrica.**

<sup>130</sup> Nesse sentido PEDROSA, Valmir de Albuquerque. **Tarifas nas empresas de saneamento**. 2001. 85 p. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Porto Alegre, BR-RS, 2001.

Conforme se observa não existe relação evidente entre renda e consumo, não existindo para a violação aparente ao princípio da generalidade dos serviços de distribuição, conforme art. 6º da Lei Geral de Concessões.

Por fim, cabe a análise da relevância da aplicação do Custo de Disponibilidade. Os valores faturados do Custo de Disponibilidade são expressivos. Em estados como Bahia (Coelba) ou Minas Gerais (Cemig) cerca de 20% (vinte por cento) das unidades consumidoras utilizam a energia em montantes dentro da faixa de incidência do Custo de Disponibilidade, conforme ilustrado na Figura 6.

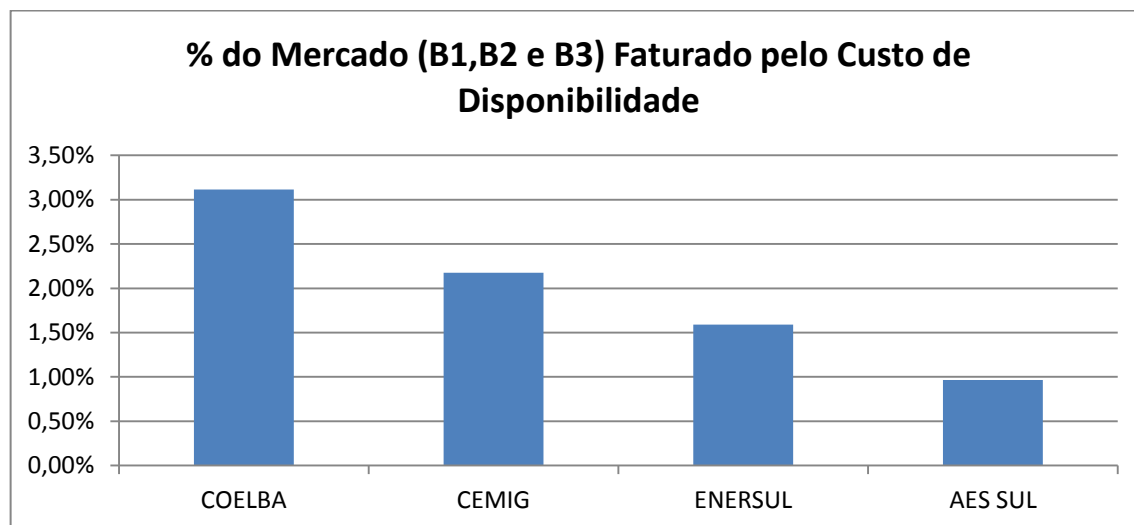
**Figura 6 – Percentual de Unidades Consumidoras Faturadas pelos Custos de disponibilidade.**



**Fonte: Elaborado pelo Autor. Dados: Agência Nacional de Energia Elétrica, Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica.**

As unidades consumidoras faturadas pelo Custo de Disponibilidade representam de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do mercado total faturado, conforme ilustra a Figura 7. No caso de supressão do Custo de Disponibilidade estima-se que as tarifas tenham um aumento médio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) em relação às tarifas utilizadas nessa modalidade de faturamento.

**Figura 7 – Percentual do Mercado Total Faturado pelo Custo de Disponibilidade.**



**Fonte: Elaborado pelo Autor. Dados: Agência Nacional de Energia Elétrica, Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica.**

Os projetos de Lei referentes à concessão de subsídios, como no caso de extinção do Custo de Disponibilidade, tem o condão de reduzir o valor faturado a determinadas classes de consumidores, com baixo consumo. Todavia, se observa que os projetos de Lei não fazem previsão dos recursos para a isenção ou redução das tarifas, o que resulta na majoração das tarifas para os consumidores não subsidiados, visando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão.

Como se observa, a tentativa de extinção do Custo de Disponibilidade não guarda relação com a teoria da análise normativa como uma teoria positiva, pois causaria efeitos contrários ao bom funcionamento de mercado, ineficiência alocativa, implicando no subsídio entre consumidores, além de desprovido de benefícios sociais, tal como a distribuição de renda.

### **3.7 Teoria da captura**

A teoria da captura surge da observação empírica de que a demanda por regulação decorre da captura dos legisladores e Agência Reguladora pelas empresas do setor elétrico.

Inicialmente cabe avaliar os reais benefícios para as sociedades empresárias reguladas com a extinção do Custo de Disponibilidade. Como visto em tópico anterior, a extinção do Custo de Disponibilidade implicaria na majoração do custo para grandes consumidores, sobremaneira para consumidores industriais e comerciais tendidos em Alta Tensão. Todavia, a necessidade de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão implicaria na majoração das tarifas nos processos de revisão tarifária, de modo a equilibrar as receitas e despesas do concessionário.

As empresas reguladas não teriam vantagens imediatas na extinção dos Custos de Disponibilidade. Entretanto, avaliando as particularidades dos consumidores, observa-se que a inadimplência e problemas de furto de energia são mais intensos nos consumidores de baixa tensão, onde incide o Custo de Disponibilidade, sendo o mercado sujeito a maiores riscos. Dessa forma, a extinção do Custo de Disponibilidade implicaria em transferência de receita a ser custeada pelos consumidores atendidos em alta tensão, mercado que possui menores riscos quando comparado aos consumidores em baixa tensão.

A inadimplência dos consumidores residenciais é em média, de 0,24%, enquanto que os consumidores industriais possuem inadimplência de 0,024%<sup>131</sup>, ou seja, cerca de 10 (dez) vezes menores que a inadimplência verificada para os consumidores em baixa tensão. Ademais, estima-se que os custos com perdas decorrentes de furto de energia na alta tensão sejam de cerca de 5% (cinco por cento) dos valores observados na baixa tensão.

Todavia, embora existam justificativas para a influência das empresas reguladas na extinção dos Custos de Disponibilidade observa-se que este não é um pleito recorrente. Uma das explicações é a existência de bens substitutos ao consumo de energia em alta tensão, tal como a possibilidade de migração para redes de transmissão e mercado livre, além da geração própria do consumidor.

Dessa forma, embora existam justificativas para o interesse de extinção do Custo de Disponibilidade por parte das empresas reguladas, não se

---

<sup>131</sup> Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica.

verifica a recorrência do pleito, ante ao fato do serviço de distribuição ser substituível aos consumidores atendidos em alta tensão. Ademais, ressalta que os grandes consumidores, atendidos geralmente em alta tensão, constituem-se em grupos organizados, com possibilidade de influência no órgão regulador, dando o contraponto à extinção dos Custos de Disponibilidade.

### 3.8 Teoria econômica da regulação

De acordo com a teoria em epígrafe a regulação não está imbuída de espírito público, mas busca pelo poder. Nesse sentido a extinção do Custo de Disponibilidade implica em benefícios a consumidores residenciais, geralmente atendido em baixa tensão, que compõe cerca de 98% (noventa e oito por cento) do total de consumidores, e em menor grau pelas empresas reguladas, em detrimento do aumento dos custos de grandes consumidores, atendidos em alta tensão. A Figura 8 ilustra as relações de poder.

**Figura 8 – Relações de poder envolvidos na extinção do Custo de Disponibilidade.**



**Fonte: Elaborado pelo Autor.**

Segundo a teoria econômica da regulação o objetivo imediato dos políticos é o de maximizar os votos, como forma de atingir os objetivos mediatos de renda, prestígio e poder. Nesse sentido, a extinção do Custo de Disponibilidade é medida de impacto na modicidade tarifária, com reflexos positivos na opinião do eleitorado, representado pelos consumidores residenciais.

Dessa forma, a luz da teoria econômica da regulação, as ações no sentido de reduzir os dispêndios com energia elétrica para os consumidores residenciais, implica em benefícios a cerca de 98% (noventa e oito por cento) do eleitorado.

Entretanto, os projetos de Lei não fazem a análise aprofundada da extinção do Custo de Disponibilidade, ou seja, não avaliam os efeitos mediatos. Ao se observar a necessidade de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão os custos suprimidos serão transferidos para os grandes consumidores, restando íntegro o equilíbrio econômico e financeiro do concessionário.

Em que pese os interesses divergentes dos concessionários, eleitorado e grandes consumidores, é certo que a insegurança jurídica ocasionada pelos projetos de Lei desprovidos de análise acurada dos efeitos nos contratos de concessão causa insegurança jurídica, com reflexo no custo do capital necessário para atração de investimentos.

Os investimentos em infraestrutura são caracterizados pela baixa liquidez, o que torna potencialmente arriscado. Dessa forma, mitigar os riscos por meio de regras claras e estáveis implica em maior oferta do capital e consequente redução da taxa de remuneração do capital e redução das tarifas para os usuários.



## CONCLUSÃO

As Agências Reguladoras foram criadas por meio de Lei Federal com atribuições de regular os serviços públicos específicos, caracterizados por grandes investimentos, tempo de retorno do investimento de longo prazo e impossibilidade de resgate dos ativos, os denominados custos afundados. O objetivo principal foi o de criar um ambiente de segurança jurídica, por meio da análise técnica e econômica da regulação, protegendo investidores dos humores dos governantes e interesses políticos, e assegurar a adequabilidade dos serviços públicos aos usuários.

Com a desmedida interferência do Poder Legislativo Federal observa-se a possibilidade de ineficácia dos atos das Agências Reguladoras nas matérias de sua competência, inviabilizando os objetivos inicialmente propostos na concepção, ou seja, análise com a especialidade técnica dos temas de sua competência.

Nesse sentido, ao se analisar em específico o Custo de Disponibilidade dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica observa-se que os objetivos almejados são imediatos, buscando a modicidade tarifária das tarifas de energia elétrica. Todavia, a própria coexistência das regras dispostas nos contratos de concessão com as Leis editadas sobre o tema exige que no curto prazo o efeito da modicidade tarifária seja neutralizado, por meio da redistribuição dos custos entre os usuários.

A diminuição das faturas de um grupo de consumidores em decorrência da extinção do Custo de Disponibilidade será acompanhada do aumento das tarifas dos consumidores restantes, de modo a manter o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão. A alteração das condições econômicas por *álea* extraordinária ensejará a manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro.

O estudo demonstrou que a análise mais acurada, avaliando os resultados mediatos das disposições dos projetos de Lei que tratam do Custo de Disponibilidade tende a produzir efeitos adversos que fragilizam as decisões da

Agência Nacional de Energia Elétrica, bem como causam insegurança jurídica entre os investidores, e tarifas com sinal econômico equivocado. A extinção do Custo de Disponibilidade não necessariamente promoverá a justiça social, por meio da compatibilidade entre renda e custos com energia.

A avaliação foi realizada observando a adequação da forma de cobrança dos custos fixos por meio do Custo de Disponibilidade, aferindo os reais objetivos à luz das teorias da regulação. A teoria econômica da regulação e teoria da captura se mostraram aderentes aos efeitos e as causas da intervenção do Poder Legislativo nos atos das Agências Reguladoras, com objetivos de garantir os objetivos mediatos de renda, prestígio e poder. A teoria da análise normativa como uma teoria positiva não se coaduna com os efeitos da extinção do Custo de Disponibilidade, pois não teria o efeito de sanar falhas de mercado.

Os Projetos de Lei que versam sobre a extinção dos Custos de Disponibilidade partem da premissa de que a redução das faturas dos consumidores com menor consumo promoverá a justiça social. A tese é refutada por meio de análise da relação entre renda e consumo de energia, na linha da teoria da análise normativa como uma teoria positiva.

A legitimidade do Poder Legislativo Federal deve ser exercida com a análise do impacto das medidas adotadas, avaliando os efeitos mediatos e o cotejo com os objetivos de justiça social, por meio da repartição do produto econômico.

A classificação proposta entre as diversas teorias da regulação visa facilitar a compreensão das relações entre os atores envolvidos, todavia, a complementariedade entre os modelos propostos se mostra mais adequada na explicação do fenômeno. Dessa forma, a vertente teórica predominante para a avaliação do caso de extinção do Custo de Disponibilidade é a teoria econômica da regulação em contraposição a análise normativa como uma teoria positiva.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Bernardina Ferreira Furtado Abrão. **A discricionariiedade técnica das agências reguladoras e a segurança jurídica dos administradores**. Obtido em <http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistamestradoemdireito/2009/vol9/no1/14.pdf>. Revista Mestrado em Direito Osasco, ano 9, n. 1, p. 323-344.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, São Paulo: Malheiros, 14ª ed.
- BENJÓ, Isaac. **Fundamentos de Economia da Regulação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999.
- CASTRO, Nivalde José de; DANTAS, Guilherme de Azevedo; Fonseca, Joazir Nunes; Gomes, Vitor José Ferreira. **A Busca da Eficiência versus Assimetria Tarifária no Regime de Concessões de Distribuição no Brasil**. Grupo de Estudos do Setor Elétrico - GESEL - UFRJ.
- CREW, Michael; PARKER David. **International handbook on economic regulation**. Edward Elgar: Cheltenham, UK, 2006.
- DIEESE. **As tarifas de energia elétrica no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores**. Nota Técnica 58. São Paulo, Dezembro de 2007.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (org.). **Direito regulatório: Temas Polêmicos**. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003.
- GRAU, Eros Roberto. **A Constituição de 1988 e a Ordem Econômica**, São Paulo: Malheiros. 14ª Ed., 2010;
- Gheventer, Alexandre. **Autonomia versus controle: origem do novo marco regularório antitruste na América Latina e seus efeitos sobre a democracia**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005;
- GUERRA, Sérgio. **Controle Judicial dos Atos Regulatórios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- HUNT, Sally. ***Making competition work in electricity***. John Wiley & Sons: New York, USA. 2002.
- JANNUZZI, Antônio Cezar. **Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica – História e Perspectivas**. Monografia apresentada no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca – CEFET/RJ. Pg.1-2. Rio de Janeiro: 2003.

JOSKOW, Paul L.; NOLL, Roger C. **Regulation in theory and practice: an overview**. In: FROMM, Gary. Studies in public regulation. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1981.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito das agências reguladoras**. São Paulo: Dialética, 2007

JUSTEN FILHO, Marçal. **Parecer elaborado pelo Professor Doutor Marçal Justen Filho, versando sobre recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**. ANEEL, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral das concessões de serviços públicos**, São Paulo: Dialética, 2006.

LIMA, Renata Faria. **Equilíbrio Econômico e Financeiro Contratual: No Direito Administrativo e no Direito Civil**. Ed. Del Rey, p.166-170. Belo Horizonte: 2007.

LOUREIRO, Luiz Gustavo Kaercher. **Premissas para uma leitura integrada da indústria da energia na Constituição e para identificação de uma política energética constitucional – a propósito dos arts. 173 e 175 da Carta**. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 8, n. 29, abr. 2010.

MARQUES, Cláudia Lima. **Superação das antinomias pelo Diálogo das Fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002**. Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe, Aracaju, SE, v. 7, p. 15-54, 2004.

MOREIRA, Leandro Caixeta. **Política Tarifária, Assimetrias Resultantes e Possíveis Aperfeiçoamentos**. In: BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Direito da energia elétrica no Brasil: aspectos institucionais, regulatórios e socioambientais**. Brasília: ANEEL, 2010, p. 361-394.

NOGUEIRA, José Ricardo; CAVALCANTI José Carlos. **Determinação de tarifas em empresas de utilidade pública**. Revista Brasileira de Economia, Vol. 50, nº 3 (1996), pg. 331.

PEDROSA, Valmir de Albuquerque. **Tarifas nas empresas de saneamento**. 2001. 85 p. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Porto Alegre, BR-RS, 2001.

Richard A. Posner. **Theories of Economic Regulation**. The Bell Journal of Economics and Management Science, Vol. 5, No. 2. (Autumn, 1974),

Robert H. Frank, Ben S. Bernanke. **Princípios de Economia**. 4ed, pg. 301.

ROSELLI, Marcio Andrey, TOMASELLI, Luís Cândido, Yatsu, Robson Khun. **Tarifas Diferenciadas Aplicadas às Unidades Consumidoras de Baixa Tensão**. SEPEF – Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico. São Paulo: 2009.

Maria Sylvia; Macchione Saes. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café.** FAPESP, 1997.

SILVA, Ricardo Brandão. **Revisão Tarifária da Celpe de 2005 e seus reflexos na regulação de serviços de Energia Elétrica no Brasil.** In: BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Direito da energia elétrica no Brasil: aspectos institucionais, regulatórios e socioambientais.** Brasília: ANEEL, 2010, p. 395-424.

REALE, Miguel. **Noções Preliminares de Direito**, 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2001;

Robert H. Frank, Ben S. Bernanke. **Princípios de Economia.** 4ed. Varian, Hal R. **Microeconomia – princípios básicos.** Tradução Maria José e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000

\_\_\_\_\_. **Microeconomia – princípios básicos.** Tradução Maria José e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VISCUSI, W.; VERNON, J. & HARRINGTON, J. (1995). **Economics of Regulation and Antitrust.** Cambridge, Mass: The MIT Press.

WALD, Arnold. **Segurança Jurídica e Revisão Tarifária.** Revista do Direito da Energia, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 43-64, abr. 2012.

## ANEXO – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.

| Projeto<br>(PL - PLS -<br>PEC) | Origem | Ementa  | Tópico                          |
|--------------------------------|--------|---|---------------------------------|
| PEC-46/2006                    | Câmara | Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PEC-65/2003                    | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 37 e dá nova redação ao art. 50 da Constituição Federal. EXPLICAÇÃO: Estabelece a autonomia administrativa e funcional das agências reguladoras; alterando a nova Constituição Federal.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PFC-16/2007                    | Câmara | Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor promova a fiscalização e controle dos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica que estabeleceram revisão e reajuste de tarifas de energia elétrica da Companhia Energética de Pernambuco desde 2005.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PL-2594/2003                   | Câmara | Determina que as agências reguladoras de serviços públicos descentralizados prestem contas de suas atividades à Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal e às Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados cujo conteúdo temático abranja os serviços regulados.   | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PL-2760/2003                   | Câmara | Estabelece normas gerais para as Agências Reguladoras de Serviços Públicos e dá outras providências. EXPLICAÇÃO: Institui a Lei Geral das Agências Reguladoras.   | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PL-413/2003                    | Câmara | Altera a redação do inciso VI do art. 3º, da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, do § 2º do art. 8º, inclui inciso ao art. 18º e altera a redação do art. 24º da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, do art. 9º e seu parágrafo único, da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000. EXPLICAÇÃO: Restringe a autonomia das Agências Reguladoras, dando poderes ao Presidente da República para exonerar Conselheiros e Diretores.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PLS 19/2005                    | Senado | Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Explicação: Veda o contingenciamento das rubricas destinadas às Agências Reguladoras.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PLS-38/2003 / 2275/2003        | Senado | Altera a Lei nº 9986, de 18 de julho de 2000, que "dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências", instituindo o controle externo das Agências Reguladoras. Explicação: CONTROLE EXTERNO NAS AGÊNCIAS   | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PLS-438/2007                   | Senado | Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.  | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PL-3337/2004                   | Câmara | Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências. Explicação: Lei Geral das Agências Reguladoras - regulamenta as atribuições. | AGÊNCIAS REGULADORAS            |
| PEC-425/2005                   | Câmara | Altera o inciso III do parágrafo único do art. 175 da Constituição Federal, proibindo o reajuste de tarifas de serviços públicos essenciais acima da taxa de inflação.  | ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA           |
| PL-218/2007                    | Câmara | Condiciona a concessão de reajustes nas tarifas ou preços praticados pelas empresas prestadoras dos serviços públicos que especifica à prévia realização de audiência pública.  | ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA           |
| PL-5593/2005                   | Câmara | Altera dispositivos das Leis nº 9.069, de 1995, nº 8.987, de 1995, e nº 9.472, de 1997, muda regras de correção de preços de contratos públicos e privados e dá outras providências.  | ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA           |
| PL-5813/2005                   | Câmara | Dispõe sobre o regime tarifário das concessionárias de serviço público, para determinar reajuste das tarifas públicas pelo menor índice inflacionário.  | ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA           |
| PLS-109/2003                   | Senado | Torna obrigatória a realização de audiências públicas sobre os aumentos propostos nas tarifas ou preços praticados pelas empresas prestadoras de serviços públicos antes que os mesmos sejam autorizados pelas respectivas agências reguladoras setoriais e dá outras providências.   | AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS |
| PL-1946/1999 /PLC-12/2008      | Câmara | Institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores residenciais de baixa renda.   | BAIXA RENDA                     |
| PL-3136/2000                   | Câmara | Dispõe sobre a instituição do programa do vale-gás e as regras de sua aplicação. Estabelecendo que as famílias de baixa renda cujo consumo comprovado de energia elétrica não exceda 75 KW (setenta e cinco quilowatts) por mês, terá direito ao vale-gás.  | BAIXA RENDA                     |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>          |
|---|---------------|--|------------------------|
| PL-7229/2006                            | Câmara        | Isenta consumidores residenciais cuja renda per capita mensal não ultrapasse R\$ 120,00 (cento e vinte reais) do pagamento pela energia elétrica consumida, até o limite de 80 kWh mensais.  | BAIXA RENDA            |
| PDC-381/1999                            | Câmara        | Dispõe sobre autorização do uso de Terras Indígenas na Região de São Jerônimo da Serra no Rio Tibagi, de acordo com o art. 3º da Constituição Federal. Explicação: Dispõe que o grupo indígena Kaingang terá direito a um por cento do valor a ser distribuído a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de São Jerônimo.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PEC-545/2006                            | Câmara        | Altera a redação do art. 20 da Constituição Federal. Destina o resultado da exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e minerais aos órgãos da Administração Federal vinculados à exploração e aos Estados e Municípios, levando em conta na distribuição a população residente, a extensão territorial e o Índice de Desenvolvimento Humano. Altera a nova Constituição Federal.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PEC-61/2007                             | Câmara        | Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 20 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece a partilha aos Municípios do mesmo Estado - membro dos recursos provenientes da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território.  | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-29/2008                              | Câmara        | Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-4859/2001                            | Câmara        | Dispõe sobre a fiscalização do cálculo, da destinação e da aplicação dos recursos provenientes das compensações financeiras de que tratam as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e 8.001, de 13 de março de 1990   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-54/2003                              | Câmara        | Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 001, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios, do produto da "Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH)", bem como o art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-5972/2005                            | Câmara        | Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências". Explicação: Obrigando o proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água a garantir condições para o exercício da atividade agrícola e pesqueira de forma sustentável, ou conceder compensação financeira.  | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-603/2003                             | Câmara        | Altera dispositivos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 para criar fundo de preservação de recursos hídricos.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-6187/2002                            | Câmara        | Dispõe sobre a alteração do prazo para que a União possa adquirir, dos Estados e do DF, créditos relativos à participação governamental royalties, participações especiais e compensações financeiras, relativos à exploração de petróleo, gás natural e de recursos hídricos.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-802/2007                             | Câmara        | Altera dispositivos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e 9.648, de 27 de maio de 1998 e dá outras providências. Depende de autorização da ANEEL o aproveitamento de potencial hidráulico destinado à produção independente ou auto produção; estabelece que toda e qualquer geradora de energia hidrelétrica terá que efetuar o pagamento de compensação financeira ao município impactado, acabando com a isenção de compensação para a pequena central hidrelétrica - PCE. | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PLS-29/2008                             | Senado        | Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.   | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PLS-56/2004                             | Senado        | Altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica.). Explicação: Distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.  | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA |
| PL-1949/1999                            | Câmara        | Institui o contrato-padrão para a prestação dos serviços de telecomunicações, energia elétrica, gás, água e saneamento por empresas públicas ou privadas, e dá outras providências.  | CONTRATOS              |
| PL-2050/1996                            | Câmara        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências". Explicação: Estabelece que os contratos relativos a concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente, especificar os mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.  | CONTRATOS              |
| PL-4845/2001                            | Câmara        | Acréscima dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e dá outras providências. Explicação: Exigindo que o Poder Concedente e as concessionárias elaborem relatório de conteúdo econômico e social e de   | CONTRATOS              |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>            |
|---|---------------|--|--------------------------|
|   |               | avaliação do desempenho do cumprimento das obrigações contratuais.   |                          |
| PLS-0045/2006                           | Senado        | Acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.  | CONTRATOS                |
| PLS-23/2000 /PL-4632/2001               | Senado        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas. Explicação: tabelas que todos os contratos de concessão celebrados pelo poder público deverão ser publicados na íntegra pela imprensa oficial e disponibilidades pela rede mundial de computadores ou a requerimento, incluindo os termos aditivos | CONTRATOS                |
| PL-1110/2003 /PLS-79/2002               | Câmara        | Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança, por concessionário ou permissionário de serviços públicos, de tarifa relativa a serviço não-prestado efetivamente.  | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-2515/2003                            | Câmara        | Acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impedir, nos serviços prestados sob regime de concessão ou permissão, a imposição de tarifa mínima, sem a correspondente contraprestação de serviços.   | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-2743/2003                            | Câmara        | Acrescenta § 5º ao art.9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Explicação da Ementa: Proibindo a cobrança antecipada de tarifas ou o estabelecimento de tarifa cuja exigibilidade não se vincule à efetiva prestação do serviço (assinatura básica).   | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-3807/2004                            | Câmara        | Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 1995, para proibir a cobrança de tarifa mínima, nos serviços públicos prestados sob o regime de concessão ou permissão.  | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-3945/2000                            | Câmara        | Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", vedando a cobrança de tarifa mínima. Explicação da Ementa: Proibindo as empresas concessionárias de serviços públicos cobrarem taxas mínimas dos consumidores sem a correspondente contraprestação de serviços, objetivamente medido ou identificado.  | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-4269/2004                            | Câmara        | Fica extinto o pagamento de assinatura básica e taxa de consumo mínima para as empresas prestadoras de serviços de telefonia, água, energia elétrica, gás, e televisão por assinatura.   | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-6347/2002                            | Câmara        | Veda a cobrança de tarifa mínima por empresas públicas ou privadas, a qualquer título, alterando a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos. Explicação da Ementa: Alterando a Lei nº 8.987, de 1995.   | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-6724/2006                            | Câmara        | Proíbe a cobrança de tarifas e taxas de consumo mínimo pelas concessionárias de serviços de água e energia elétrica, e dá outras providências.   | CUSTO DE DISPONIBILIDADE |
| PL-1033/2007                            | Câmara        | Assegura a ampla defesa e o contraditório, em processo administrativo, ao consumidor de serviços de energia elétrica   | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1397/2003                            | Câmara        | Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público no País e dá outras providências.   | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1562/2003                            | Câmara        | Obriga as empresas concessionárias de serviços públicos a enviar a todos os consumidores cópia do respectivo contrato de concessão para a prestação de serviços.   | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1624/1996                            | Câmara        | Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências". Explicação da Ementa: OBRIGANDO AS EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS A COMUNICAREM AOS USUÁRIOS, A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS, COM ANTECEDENCIA MINIMA DE DEZ DIAS).  | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1678/1999                            | Câmara        | Institui a lei de defesa do usuário de serviços públicos. Explicação: Regulamenta a reforma administrativa - emenda constitucional 19, de 1998, da nova constituição federal.  | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1798/2007                            | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de escritórios regionais das concessionárias de serviços públicos.  | DEFESA DO CONSUMIDOR     |
| PL-1875/1991                            | Câmara        | Revoga o art. 71 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. Explicação: REVOGANDO O DISPOSITIVO EM QUE O CREDOR SE UTILIZAR, NA COBRANÇA DE DIVIDAS, DE AMEAÇA, COAÇÃO, CONSTRANGIMENTO FÍSICO OU MORAL, AFIRMAÇÕES FALSAS, OU QUALQUER PROCEDIMENTO QUE EXPONHA   | DEFESA DO CONSUMIDOR     |



| Projeto<br>(PL - PLS -<br>PEC) | Origem | Ementa   | Tópico               |
|--------------------------------|--------|--|----------------------|
|                                |        | O CONSUMIDOR A RIDICULO OU INTERFIRA COM SEU TRABALHO OU LASER.  |                      |
| PL-<br>1896/1999               | Câmara | Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público federal. Explicação: Regulamenta a reforma administrativa - Emenda Constitucional 19, de 1998, da nova Constituição Federal. Estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário de serviços públicos.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2086/1999               | Câmara | Determina a obrigatoriedade da inclusão de um representante dos consumidores na gestão colegiada das Agências Nacionais Reguladoras.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2170/2007               | Câmara | Dispõe sobre prazo de execução dos serviço de ligações de gás e energia.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2184/1996               | Câmara | Acrescenta inciso ao art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências". Explicação da Ementa: CONFERINDO AO USUARIO O DIREITO DE EXIGIR DA CONCESSIONARIA A REALIZAÇÃO DE TESTES E ANALISE, EXECUTADOS POR ENTIDADES DE NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO TECNICO-CIENTIFICA, REFERENTES AS ESPECIFICAÇÕES TECNICAS E OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS. | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2185/1996               | Câmara | Altera dispositivos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências". Explicação da Ementa: CRIANDO O CONSELHO DE DEFESA DO USUARIO COM A FINALIDADE DE FISCALIZAR OS ATOS DAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇOS PUBLICOS.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2435/2003               | Câmara | Acrescenta o § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Explicação da Ementa: Proibindo as empresa concessionárias ou permissionárias de serviços públicos registrar o inadimplemento de consumidor em banco de dados e cadastros de consumidores.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2542/2003               | Câmara | Dispõe sobre o atendimento telefônico gratuito aos consumidores.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2568/1996               | Câmara | Introduz modificação no Código de Defesa do Consumidor. Explicação: Estabelece que qualquer transgressão cometida pelo estado ou seus agentes, especialmente o que se refere a prestação de serviços públicos como água, energia, sistema de esgoto sanitário, transporte, dentre outros, sujeitará o órgão infrator ao pagamento de multa ou penas previstas no código do consumidor.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2594/2000               | Câmara | Dispõe sobre o aviso de cobrança ao consumidor dos serviços de fornecimento de água, luz e telefone  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2598/2003               | Câmara | Dispõe sobre o atendimento ao cidadão no serviço público federal e dá outras providências. Explicação: Estabelecendo o prazo máximo de 30 (trinta) minutos de espera, em fila, para atendimento em órgão público federal.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>2752/2008               | Câmara | Acrescenta o art. 42-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Obriga aos fornecedores de produtos e serviços a emissão de recibo de quitação de débitos.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-2998/08                     | Câmara | Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica de seus direitos na forma que menciona: Texto da Resolução Normativa nº 6, de 2004, da ANEEL.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3057/2004               | Câmara | Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Explicação: Garantindo ao usuário a gratuidade do serviço telefônico (linha 0800) para reclamar, sugerir ou informar sobre produtos comprados ou serviços utilizados.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3087/2008               | Câmara | Torna obrigatório o atendimento 24 (vinte e quatro) horas aos usuários de serviços contínuos na forma que menciona.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3121/2008               | Câmara | Altera o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor no sentido de garantir o serviço de atendimento telefônico totalmente gratuito a todos os consumidores atualmente lesados e que se sentem prejudicados. Explicação: Altera a Lei nº 8.078, de 1990.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3173/2004               | Câmara | Acrescenta o art. 7º-B à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispondo sobre a expedição de certidão de adimplência pelas empresas concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências. Explicação: Obriga que as prestadoras encaminham até 31 de janeiro certidão de quitação de débitos. Caso não o faça, incorrerá em multas.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3216/1997               | Câmara | Altera a redação do § 5º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir o fornecimento de informações pelos sistemas de proteção ao crédito nos casos que especifica. Explicação: Impede o fornecimento de informações negativas contra o consumidor pelo serviço de proteção ao crédito, na hipótese de ajuizamento da cobrança de débitos.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>   | <b>Tópico</b>        |
|---|---------------|---|----------------------|
| PL-<br>3313/2000                        | Câmara        | Modifica o art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para regular a indenização por danos materiais ou morais.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3432/2004                        | Câmara        | Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, Internet ou outro meio similar. Explicação: ATENDIMENTO PESSOAL AOS CLIENTES. Obriga a fornecedores de produtos ou serviços que ofereçam atendimento ao consumidor pelo telefone, internet ou similar a oferecer também local apropriado e específico para atendimento pessoal aos clientes. | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3545/2004                        | Câmara        | Altera os arts. 6º e 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor - e dá outras providências. Explicação: Estabelecendo como direito do consumidor a gratuidade no atendimento telefônico para aquisição de produtos e serviços, solicitação de informações e reclamações; proibindo a substituição do serviço "0800" pelo "0300".                   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3591/2004                        | Câmara        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, proibindo às concessionárias e permissionárias de serviço público o registro de inadimplência em bancos de dados e cadastros de consumidores de caráter público.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>3811/2004                        | Câmara        | Estabelece regras para as empresas que se utilizam de centrais de atendimento telefônico de prefixo 0300 ou semelhantes no relacionamento com o consumidor.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4158/1998                        | Câmara        | Dispõe sobre a reparação de danos causados pela falta ou inadequação do fornecimento dos serviços públicos, através dos órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionários e permissionários. Explicação da Ementa: Dispondo que as empresas deverão indenizar os consumidores pelo triplo do valor devido.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4195/2004                        | Câmara        | Inclui dispositivo na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para limitar a utilização de atendimento automatizado por parte das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos. Exigindo que haja opção de atendimento personalizado   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4276/2004                        | Câmara        | Dispõe sobre atendimento telefônico a consumidor. Explicação: Dispondo sobre o atendimento telefônico ao consumidor, mediante código de acesso gratuito, o chamado 0800.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4318/2004                        | Câmara        | Fixa em sessenta segundos o tempo máximo de espera no sistema telefônico 0800, de atendimento a consumidores."  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4423/2004                        | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre tempo estimado de espera e posição na fila em chamadas telefônicas com atendimento automático.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4752/2001                        | Câmara        | Transforma os conselhos de consumidores de que trata o art. 13 da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, em comitês de conservação de energia. Explicação: Transforma os conselhos de consumidores de que trata o art. 13 da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, em comitês de conservação de energia.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>4907/2005                        | Câmara        | Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário de serviços públicos prestados pela União e dá outras providências.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5337/2005                        | Câmara        | Torna obrigatório à gratuidade do serviço de tele-atendimento ao consumidor e dá outras providências.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5394/2001                        | Câmara        | Acrescenta incisos aos arts. 39 e 51, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", alterada pela Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994 e 9008, de 21 de março de 1995. Explicação: Inclui práticas e cláusulas consideradas abusivas, que precisam ser coibidas para garantir a proteção ao consumidor.                        | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5525/2005                        | Câmara        | Obriga as empresas prestadoras de serviços manterem postos de atendimento aos consumidores e dá outras providências.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5533/2005                        | Câmara        | Inclui inciso no art. 6º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando o funcionamento das Centrais de Atendimento Telefônico ao consumidor de empresas fornecedoras de produtos ou serviços.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5600/2005                        | Câmara        | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), e dá outras providências. Implantando serviços sistêmicos de Ouvidoria e incluindo como direito básico do consumidor o pronto atendimento nas reclamações dos serviços prestados por concessionárias públicas.   | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>5786/2001                        | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgão e entidades públicas e empresas privadas que prestam atendimento por telefone, de disponibilizar discagem direta gratuita e dá outras providências. Explicação: ATENDIMENTO TELEFÔNICO GRATUITO Obriga os órgãos e entidades públicas e empresas privadas que prestam atendimento por telefone, a disponibilizarem discagem direta gratuita.              | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>6050/2005                        | Câmara        | Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "Dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor."  | DEFESA DO CONSUMIDOR |
| PL-<br>6465/2002                        | Câmara        | Dispõe sobre a divulgação de telefones das agências reguladoras destinados a acolher dúvidas, sugestões e reclamações referentes aos serviços e atividades por elas fiscalizados. Explicação: Alterando a Lei nº 8.987, de 1995.  | DEFESA DO CONSUMIDOR |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>   | <b>Tópico</b>         |
|---|---------------|---|-----------------------|
| PL-6474/2006                            | Câmara        | Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo sobre o atendimento telefônico a clientes. Explicação: Limita o tempo de espera para o atendimento telefônico a clientes, incluindo o serviço de valor adicionado de prefixo 0300 ou assemelhado.  | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-6562/2006                            | Câmara        | Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecerem a seus usuários certidão de quitação anual de débitos. Explicação: Altera as Leis nºs 8.987, de 1995 e 9.472, de 1997.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-6732/2006                            | Câmara        | Dispõe sobre esclarecimento aos consumidores sobre tributos incidentes sobre mercadorias e serviços através do detalhamento dos impostos e taxas recolhidos nas notas fiscais emitidas durante a aquisição de produtos ou serviços.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-674/1999                             | Câmara        | Dispõe sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos e dá outras providências. Explicação da ementa: Regula a reforma administrativa - Emenda Constitucional número 19, de 1998, da nova Constituição Federal.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-6926/2006                            | Câmara        | Dispõe sobre proteção e defesa do usuário de serviço público prestado por órgãos e entidades da União, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Cria o SISFUSP - Sistema Federal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos.  | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-6953/2002 / PLS 439/1999             | Câmara        | Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestado pela administração direta, indireta e delegada da união.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-7110/2002                            | Câmara        | Altera dispositivos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar as concessionárias a divulgarem estatísticas referentes aos serviços prestados.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-7140/2002                            | Câmara        | Altera o Código de Defesa do Consumidor de forma a garantir o acesso gratuito dos consumidores aos serviços de atendimento. Explicação: Atendimento com o código 0800. Alterando a Lei nº 8.078, de 1990.   | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-728/2007                             | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação da situação de adimplência do consumidor, nas faturas emitidas por concessionárias de serviços públicos.  | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PLS-170/2003 /PL-4701/2004              | Senado        | Dispõe sobre emissão de declaração de quitação anual das faturas pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos. Explicação: QUITAÇÃO DE DÉBITOS  | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PLS-174/2006/ PL-1472/2007              | Senado        | Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o art. 150, § 5º, da Constituição Federal. Explicação: Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal.  | DEFESA DO CONSUMIDOR  |
| PL-2975/2008                            | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem subterrâneas as instalações de distribuição de energia elétrica, quando realizadas em ruas das cidades que tenham setores de valor histórico, reconhecidos por órgãos estatais, especialmente os tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.  | DISTRIBUIÇÃO          |
| PL-7423/2006                            | Câmara        | Dispondo sobre a redução de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo da CRC, aplicado somente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta Lei, limitando-se, a redução, ao montante do saldo credor remanescente em favor do concessionário. Explicação: Dispondo que as empresas concessionárias de energia elétrica sob o controle direto ou indireto da União, Estados e Municípios, que tiverem reduzidos seus saldos credores na Conta Resultados a Compensar - CRC, somente poderão aplicar o redutor após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por lei, limitando-se a redução, ao montante do saldo credor que remanescer em favor do Concessionário. Altera a Lei nº 8.631, de 1993. | DISTRIBUIÇÃO          |
| PL-3893/2004                            | Câmara        | Altera o art. 2º da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, estabelecendo limite para o consumo de eletricidade por aparelhos operando em modo de espera. Explicação: Limitando em 1 (um) watt o consumo de energia de aparelhos ligados em modo de espera - operação de "standby".  | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA |
| PL-4751/2001                            | Câmara        | Cria os Comitês Internos de Racionalização do Consumo de Energia - CIRCE.   | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA |
| PLS-0220/2007                           | Senado        | Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.   | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA |
| PL-1165/1999 / PLC 104/2005             | Câmara        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-1514/2007                            | Câmara        | Disciplina o uso de instrumentos de medição de energia elétrica.  | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-1873/1999                            | Câmara        | Dispõe sobre o pagamento com cheque, nas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos e nas prestadoras de serviços de telecomunicações, das respectivas faturas de serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás de cozinha e telefone, e dá outras providências   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>         |
|---|---------------|--|-----------------------|
| PL-2040/2003                            | Câmara        | Altera para dois anos o limite máximo para retroação de débitos, junto a qualquer empresa ou fornecedor.   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-2102/2003                            | Câmara        | Dispõe sobre a prescrição de dívidas oriundas da prestação contínua de serviços essenciais. Explicação: Fixando em um ano o prazo para prescrição de cobrança de dívidas oriundas da prestação contínua de serviços essenciais; alterando a Lei nº 8.078, de 1990.   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-3110/2000                            | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição de informações comprobatórias da calibração de instrumentos ou equipamentos de medição que afetem produtos ou serviços oferecidos à população.   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-4373/2001                            | Câmara        | Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços. Explicação: INSTALAÇÃO DE MEDIDORES  | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-5326/2005                            | Câmara        | Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre aviso prévio na interrupção de serviços públicos prestados sob concessão ou permissão e sobre a cobrança de diferenças relativas a faturas já quitadas desses serviços.                            | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-5581/2005                            | Câmara        | Obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos a autorizar que os consumidores de seus serviços efetuem o pagamento das respectivas faturas mediante financiamento de no mínimo 90% (noventa por cento) do total faturado, mediante pagamento mínimo previsto no instrumento de quitação da obrigação alcançada. | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-5589/2005                            | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de contas de serviço público de telefone, energia elétrica, gás e água, impressas no sistema Braille para usuários portadores de deficiência visual."   | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-6834/2006                            | Câmara        | Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão às expensas da concessionária.  | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PL-867/2003                             | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de medidores individuais de consumo de produtos essenciais para a população por parte das empresas concessionárias de serviços públicos e empresas estatais, e dá outras providências.  | FATURAMENTO E MEDIÇÃO |
| PFC-127/2006                            | Câmara        | Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promova a fiscalização e controle dos recursos públicos repassados ao empreendimento Corumbá 4.  | FISCALIZAÇÃO          |
| PFC-4/2003                              | Câmara        | Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite à ANEEL, BNDES e ELETROBRÁS prestem informações sobre a privatização da CEMAR - Companhia Energética do Maranhão e sobre a crise financeira em que ela se encontra e as razões da intervenção.  | FISCALIZAÇÃO          |
| PFC-5/2003                              | Câmara        | Propõe que a Comissão de Minas e Energia fiscalize os procedimentos adotados pelo Poder Executivo no processo de privatização das empresas do setor elétrico   | FISCALIZAÇÃO          |
| PFC-64/2005                             | Câmara        | Propõe que a Comissão de Minas e Energia fiscalize juntamente com o Tribunal de Contas da União a atuação da ANEEL e das Centrais Elétricas do Maranhão - CEMAR no Programa Luz para Todos, no estado do Maranhão.   | FISCALIZAÇÃO          |
| PL-1236/2007                            | Câmara        | Dispõe sobre novos investimentos em geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidrelétricas e fontes alternativas. Explicação: Altera a Lei nº 9.427 de 1996.  | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-1421/2007                            | Câmara        | Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, de forma a eliminar a necessidade da nacionalização dos equipamentos e serviços referentes à produção de energia eólica.   | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-1484/2007                            | Câmara        | Cria a obrigatoriedade de utilização como fonte subsidiária de energia, sistema de aquecimento solar de água em imóveis financiados com recursos do SBPE, FGTS, FAT e do OGU - Orçamento Geral da União e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-1563/2007                            | Câmara        | Dispõe sobre fontes renováveis de energia, com o objetivo de promover a universalização, a geração distribuída e a racionalização energética, e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para modificar o Proinfa e aumentar a participação de fontes alternativas na matriz energética nacional.                           | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-220/2007                             | Câmara        | Permite a dedução de despesas com aquisição de bens e serviços necessários para a utilização de energia solar ou eólica da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e da contribuição social sobre o lucro.   | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-2505/2007                            | Câmara        | Cria o Certificado de Empreendedor de Energia Renovável (CEER), a ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas que produzirem energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.   | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-2867/2008                            | Câmara        | Autoriza a emissão de Certificados de Energia Alternativa  | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-3259/2004                            | Câmara        | Cria o Programa de Incentivo às Energias Renováveis, e dá outras providências.   | FONTES ALTERNATIVAS   |
| PL-3831/2004                            | Câmara        | Dispõe sobre incentivos à geração de energias alternativas e dá outras providências  | FONTES ALTERNATIVAS   |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>       |
|---|---------------|--|---------------------|
| PL-4717/2001                            | Câmara        | Cria incentivos às formas alternativas e não poluidoras de produção de energia elétrica e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-4798/2001 /PLS 573/1999              | Senado        | Altera dispositivos da Lei nº 9427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.   | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-5210/2001                            | Câmara        | Cria Programa de Incentivos a Energias Renováveis - Pier, e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-523/2007                             | Câmara        | Institui a Política Nacional de Energias Alternativas e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-5248/2005                            | Câmara        | Institui o Programa de Geração de Energia a partir do Lixo (Progelixo) e dá outras providências.   | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-6176/2005                            | Câmara        | Cria o Programa de Financiamento de Geração de Energia - Energer, para consumidores residenciais e rurais localizados na Região Amzônica.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-630/2003                             | Câmara        | Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, constitui fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica e térmica a partir da energia solar e da energia eólica, e dá outras providências.   | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-7678/2006                            | Câmara        | Dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento solar em edificações, e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-7692/2006                            | Câmara        | Institui o Programa Brasileiro de Geração Descentralizada de Energia Elétrica e dá outras providências.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PLS 261/2003                            | Câmara        | Altera a Lei nº 10438 de 26 de abril de 2002, que trata da expansão da oferta da energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dá outras providências.   | FONTES ALTERNATIVAS |
| PLS 472/2003                            | Senado        | Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PLS 5/2005                              | Senado        | Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).  | FONTES ALTERNATIVAS |
| PLS-573/1999 /PL-4798/2001              | Senado        | Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que "Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". Explicação: Depende de autorização da ANEEL a geração proveniente de fontes alternativas renováveis de energia (solar, eólica, biomassa e maremotriz), de potência superior a 5.000 Kw e inferior a 50.000 Kw). Estende a todos os aproveitamentos energéticos de pequena potência, inclusive os de energia eólica, os benefícios atualmente concedidos às pequenas centrais hidrelétricas voltadas para a produção independente ou a autoprodução. | FONTES ALTERNATIVAS |
| PL-1015/2003                            | Câmara        | Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Explicação: Proíbe a prática de atividade agropecuária em uma faixa de 500 (quinhentos) metros ao redor de reservatório de água destinada ao abastecimento público ou à geração de energia elétrica.   | GERAÇÃO             |
| PL-2318/2007                            | Câmara        | Altera o art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, estabelecendo nova hipótese para sub-rogação de recursos da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas isolados.  | GERAÇÃO             |
| PL-2916/2008                            | Câmara        | Altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelecendo que, nos projetos de geração de energia elétrica, o empreendedor deve internalizar os custos ambientais.   | GERAÇÃO             |
| PL-4242/2004                            | Câmara        | Cria o Programa de Fomento às Energias Renováveis e dá outras providências   | GERAÇÃO             |
| PL-7028/2002                            | Câmara        | Dispõe sobre a alteração do prazo para que a União possa adquirir, dos Estados e do Distrito Federal, créditos relativos à participação governamental em royalties participações especiais e compensações financeiras, relativos à exploração de petróleo, gás natural e de recursos hídricos.   | GERAÇÃO             |
| PLS-181/1996 /PL-3010/1997              | Senado        | Dispõe sobre áreas de preservação permanente situadas ao redor de represas hidrelétricas. Estabelece que a largura variável a ser determinada, levará em conta as condições de solo, topografia e vegetação natural remanescente.  | GERAÇÃO             |
| PL-4521/2004                            | Câmara        | Acresce inciso ao art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir entre as incumbências das empresas concessionárias de serviços públicos a obrigação de manter atualizado o cadastro dos usuários.  | GERAL               |
| PL-2241/1996                            | Câmara        | Acrescenta parágrafo ao art. 52 da Lei 8.078, de 11 de setembro providências. Explicação: Estende a limitação de dois por cento das multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo a todas as prestações contratuais relativas às tarifas públicas, sistema financeiro de habitação, condomínios, planos de saúde, aluguéis e mensalidades escolares.   | INADIMPLÊNCIA       |
| PL-2291/1996                            | Câmara        | Dispõe sobre a fixação do valor das multas por inadimplência constantes dos contratos de financiamento, de compra a prazo, de locação de imóveis, de condomínio, de mensalidade escolar, de cartão de crédito, de pagamento de   | INADIMPLÊNCIA       |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>                    |
|---|---------------|--|----------------------------------|
|   |               | taxas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto, de telefone ou quaisquer outros tipos de contratos de adesão ou não.  |                                  |
| PL-<br>2350/2003 /<br>PLS-<br>68/2007   | Câmara        | Dispõe sobre a presunção de inexistência de débitos anteriores com o pagamento da última conta de luz, água e telefone e dá outras providências. Explicação: DÉBITO VENCIDO  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>2667/1996                        | Câmara        | Estabelece limite para a multa de mora decorrente do inadimplimento de obrigação contratual e dá outras providências. Explicação: Estabelece que a multa de mora decorrente de atraso de obrigação contratual referente a condomínio, aluguel, tarifas públicas e demais obrigações não poderá ser superior a dois por cento do valor da prestação.                      | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>2986/2008                        | Câmara        | Veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito.   | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>3106/2008                        | Câmara        | Altera a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Explicação: Reduz para 0,5% (meio por cento) do valor da prestação as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações.  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>3122/2008                        | Câmara        | Modifica a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Explicação: Reduz para 1% (um por cento) as multas de mora, decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo.  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>3516/1997                        | Câmara        | Altera a redação do § 5º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir o fornecimento de informações pelos sistemas de proteção ao crédito nos casos que especifica. Explicação: Impede o fornecimento de informações negativas contra o consumidor pelo serviço de proteção ao crédito, na hipótese de ajuizamento da cobrança de débitos.        | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-473/2003                             | Câmara        | Serviços cadastrais sobre adimplência e inadimplência de consumidores  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>6558/2006                        | Câmara        | Acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a inclusão de informação negativa de consumidor quando a dívida inadimplida estiver sendo discutida em juízo.   | INADIMPLÊNCIA                    |
| PLS-<br>0299/2003                       | Senado        | Acrescenta § 2º ao art. 7º-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com redação dada pelo art. 20 da Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999, para obrigar as concessionárias de serviços públicos a apresentar, em suas faturas, a discriminação das parcelas devidas pelo usuário.  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PLS-<br>366/2004<br>/PL-<br>6684/2006   | Senado        | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos. Explicação: PRESCRIÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDAS NO SERVIÇO PÚBLICO   | INADIMPLÊNCIA                    |
| PLS-8/2005                              | Senado        | Acrescenta parágrafos ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC, para vedar a inscrição de dívidas sub judice em arquivos de consumo. Explicação: VEDA A INSCRIÇÃO DE DÍVIDAS SUB JUDICE  | INADIMPLÊNCIA                    |
| PL-<br>2999/2008                        | Câmara        | Estabelece condições para o ressarcimento de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 61, de 29 de abril de 2004, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro  | INDENIZAÇÕES E<br>RESSARCIMENTOS |
| PL-<br>1103/2007                        | Câmara        | Dispõe sobre a desvinculação nas faturas de energia elétrica, dos valores relativos ao consumo mensal de energia e à contribuição de iluminação pública, e dá outras providências.   | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |
| PL-<br>1135/2007                        | Câmara        | Obriga as empresas concessionárias dos serviços de distribuição de água e energia elétrica a incluírem, em suas faturas mensais, mensagens de esclarecimento sobre racionalização de consumo e dá outras providências.   | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |
| PL-<br>1222/2007                        | Câmara        | Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, obrigando as concessionárias de serviços públicos a incluírem o número do telefone do serviço de atendimento gratuito da agência reguladora e do Procon de cada estado, em destaque, nas faturas de serviço de telefonia e de energia elétrica.   | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |
| PL-<br>1563/2003                        | Câmara        | Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Explicação: Obriga as concessionárias de serviços públicos a colocar na fatura os números dos telefones do serviço de atendimento da Agência Reguladora e do órgão estadual de defesa do consumidor.                                  | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |
| PL-<br>1749/2003                        | Câmara        | "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências". Explicação da Ementa: Dispondo que as empresas concessionárias, de serviços públicos são obrigadas a fornecer ao consumidor, no momento da medição do serviço, comprovante de quantidade consumida e de consumo mínimo.  | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |
| PL-<br>2566/1996<br>/PLS-<br>54/1996    | Câmara        | Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Explicação: Obriga os órgãos e empresas concessionárias de serviços públicos de água, energia elétrica e gás, que realizam cobrança pelo sistema de medição periódica a domicílio, a fornecer aos consumidores, no momento da medição, comprovante de | INFORMAÇÕES AO<br>CONSUMIDOR     |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>             |
|---|---------------|--|---------------------------|
|   |               | quantidade consumida ou do consumo mínimo.   |                           |
| PL-4254/2004                            | Câmara        | Obriga todas as concessões de serviço público de energia elétrica, água e gás e telefonia, a possuir cláusula contratual que obrigue as concessionárias a disponibilizar fotos de pessoas desaparecidas e dá outras providências.  | INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR |
| PL-630/2007                             | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos, de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás, e dá outras providências.  | INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR |
| PL-6975/2002                            | Câmara        | Modifica a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995: Estabelecendo a obrigatoriedade de apresentação de relatório de impacto econômico - social para as concessões de serviços públicos.  | INFORMAÇÕES CONTÁBEIS     |
| PL-1768/2007                            | Câmara        | Altera o art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências".  | LEI DE CONCESSÕES         |
| PL-3220/2000                            | Câmara        | Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Explicação: Exigindo que os estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores, afixem placa de licenciamento ambiental, contendo data de emissão e prazo da licença de instalação, da licença de operação e data da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA.                          | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-3729/2004                            | Câmara        | Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Explicação: Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.             | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-3957-2004                            | Câmara        | Dispõe sobre o licenciamento ambiental e dá outras providências. Explicação da Ementa: Regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; revoga o art. 10 da Lei nº 6.938, de 1981 (Lei nº 7.704, de 1989).   | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-5435/2005                            | Câmara        | Altera a Lei nº 6.938, de 1981, para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental. Explicação: Exigindo, no âmbito do processo ambiental, a apresentação de plano de gestão de riscos ambientais e garantias reais para recuperação de danos ambientais.  | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-5576/2005                            | Câmara        | Dispõe sobre prazos de licenciamento ambiental, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva.   | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-1147/2007                            | Câmara        | Determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito-estufa.   | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-2029/2007                            | Câmara        | Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dispondo sobre atribuições dos Municípios. Explicação da Ementa: Confere aos municípios a competência para exercer o poder de polícia ambiental.  | LICENCIAMENTO AMBIENTAL   |
| PL-1292/1995                            | Câmara        | Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Explicação: OBRIGANDO O CONTRATADO A CIENTIFICAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM OITO DIAS, AS SUBCONTRATAÇÕES QUE REALIZAR.   | LICITAÇÕES                |
| PL-1504/2007                            | Câmara        | Modifica a redação do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterando a redação do §1º e acrescentado o § 4º em seu texto, para dispor sobre a responsabilidade subsidiária dos órgãos da administração das diretas, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista quanto às obrigações trabalhistas nos casos de inadimplência de empresa terceirizada. | LICITAÇÕES                |
| PL-1646/2007                            | Câmara        | Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, do Estado, Distrito Federal e Municípios. Explicação: Cria o CANAF.   | LICITAÇÕES                |
| PL-2470/2007                            | Câmara        | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências.  | LICITAÇÕES                |
| PL-3092/2008                            | Câmara        | Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescentando dispositivos relativos a celebração de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento congênere com pessoas jurídicas de direito privado.   | LICITAÇÕES                |
| PL-7709/2007 /PLC-32/2007               | Câmara        | Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências. Explicação: Possibilita o uso de sistema eletrônico em todas as modalidades de licitação, incluindo o pregão, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora                     | LICITAÇÕES                |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>               |
|---|---------------|--|-----------------------------|
|   |               | credenciada pelo ICP-Brasil. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.  |                             |
| PLS-25/2007                             | Senado        | Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.   | LICITAÇÕES                  |
| PLS-32/2007                             | Senado        | Institui o Código de Licitações e Contratos da Administração Pública, com fundamento no art. 22, inciso XXVII, e regulamentação do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, define a conduta ética dos agentes públicos, procedimentos e processo sobre o tema e convênios, revoga a Lei de Licitações e Contratos nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei do Pregão nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências. Explicação: Revoga as Leis nºs 8.666, de 1993 e 10.520, de 2002.                        | LICITAÇÕES                  |
| PLS-40/2003                             | Senado        | Acréscita inciso ao § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de estabelecer, em igualdade de condições, a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas.   | LICITAÇÕES                  |
| PLS-68/2008                             | Senado        | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recurso. | LICITAÇÕES                  |
| PFC-1/2007                              | Câmara        | Propõe a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a realizar fiscalização nos projetos, atividades e nas entidades responsáveis pela execução dos projetos e atividades de logística e transporte e energia contemplados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) quanto à observância neles das normas ambientais e dos princípios de desenvolvimento econômico sustentável.  | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-1561/1989                            | Câmara        | Estabelece as condições para pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais energético em terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Explicação: Exige autorização do congresso nacional e a preservação do meio ambiente, conforme o disposto no art. 231, da nova Constituição Federal.   | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-18/2007                              | Câmara        | Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de medidas por parte do Poder Público, objetivando a redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa.  | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-2160/1989                            | Câmara        | Dispõe sobre a exploração de recursos naturais nos territórios indígenas, nos termos do art. 231, parágrafo terceiro da constituição. Explicação: Exige a apuração do congresso nacional e a participação de dez por cento das comunidades indígenas nos resultados das atividades exploratorias, cumprindo dispositivos da nova constituição federal  | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-2374/2003                            | Câmara        | Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.  | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-2935/1989                            | Câmara        | Assegura participação nos resultados da lavra das riquezas minerais em terras indígenas as comunidades afetadas, regulando o parágrafo terceiro do art. 231 da constituição federal.   | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-710/1988                             | Câmara        | Torna obrigatória a elaboração de estudo do respectivo impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).   | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PL-759/2007                             | Câmara        | Institui o Programa de Neutralização do Carbono no âmbito nacional, amenizando as emissões de carbono geradas por todos os órgãos de Poder Público.  | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PLS-42/2000 /PLP-175/2000               | Senado        | Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e institui o Programa Especial de Desenvolvimento, da Foz do Velho Chico.   | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PLS-94/2008                             | Senado        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.   | MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE   |
| PLS-216/1997                            | Câmara        | Dispõe sobre o título de participação em receita de serviço público concedido - TPR e dá outras providências.  | MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA |
| PLS-70/2006                             | Senado        | Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.   | PARCELAMENTO DO SOLO URBANO |
| PLS-403/2003 /PL-239/2007               | Senado        | Altera os §§ 3º e 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o furto de energia e sinais. EXPLICAÇÃO: FURTO DE ENERGIA   | PERDAS TÉCNICAS             |
| PL-                                     | Câmara        | Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo   | PROCESSO                    |



| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>          |
|---|---------------|--|------------------------|
| 1246/2007                               |               | administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.   | ADMINISTRATIVO         |
| PDS-<br>233/2004                        | Câmara        | Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Jurema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.  | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PEC-<br>27/2001<br>/PEC-<br>524/2002    | Senado        | Acrescenta artigo ao ato das disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>1181/2003                        | Câmara        | Estabelece diretrizes para verificação da segurança de barragens de cursos de água para quaisquer fins e para aterros de contenção de resíduos líquidos industriais  | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>1339/2003                        | Câmara        | Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recuperação das áreas de preservação permanente que especifica.  | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>1616/1999                        | Câmara        | Dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art. 21 da Constituição, e criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e dá outras providências.   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>2430/2000                        | Câmara        | Acrescenta o art. 14-a à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que "institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modifica a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989". Explicação: Dispõe que o Congresso Nacional deverá autorizar a transposição de uma bacia hidrográfica para outra. | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>3012/2008                        | Câmara        | Inclui conteúdo mínimo nos Planos de Recursos Hídricos   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>3809/2000                        | Câmara        | Inclui as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs na prática do conceito de energia assegurada, e dá outras providências. Explicação: Garante as pequenas centrais hidrelétricas (PCH) energia assegurada, calculada de acordo com os critérios estabelecido pelo operador nacional de energia elétrica   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-436/2007                             | Câmara        | Torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento de barragens.  | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>6979/2002                        | Câmara        | Regulamenta a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil, instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e fixada para o uso da geração hidroelétrica pela Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000.   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PLP-<br>273/1990                        | Câmara        | Autoriza os estados a legislar sobre o aproveitamento de pequenas e médias quedas d'água, na forma que especifica.   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PLP-<br>276/2008                        | Câmara        | Estabelece regras especiais para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal - VAF, relativo às operações de circulação de energia elétrica de fonte hidráulica.  | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PLS<br>59/1996 /PL-<br>3009/1997        | Câmara        | Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção a fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens.   | RECURSOS<br>HÍDRICOS   |
| PL-<br>1992/2007                        | Câmara        | Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências      | RECURSOS<br>HUMANOS    |
| PL-<br>2585/2003                        | Câmara        | Proíbe ex-funcionário público que exerça cargo de chefia, assumir função igual ou semelhante na iniciativa privada.  | RECURSOS<br>HUMANOS    |
| PLS<br>33/2007                          | Senado        | Altera Lei nº 8112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das fundações públicas federais   | RECURSOS<br>HUMANOS    |
| PLS-<br>471/2007                        | Senado        | Altera os art. 11 e 20 da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer restrições para a cessão de servidores aprovados em concursos públicos das agências reguladoras.  | RECURSOS<br>HUMANOS    |
| PL-<br>2737/2008                        | Câmara        | Estabelece incentivos à geração de energia a partir de fonte solar.  | SIGFI                  |
| PL-<br>1178/2007                        | Câmara        | Cria benefícios sobre tarifas dos serviços públicos de energia elétrica, de água e de telefonia, para consumidores de baixa renda a desempregados, enfermos e dá outras providências.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS |
| PL-<br>1248/2007                        | Câmara        | Dispõe sobre a diluição dos custos de aquisição de parcela da energia elétrica gerada pela Termopernambuco S/A com os consumidores finais do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS |
| PL-<br>1296/2007                        | Câmara        | Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder desconto na tarifa de energia elétrica consumida por entidades filantrópicas.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS |
| PL-<br>1470/2007                        | Câmara        | Concede descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para agricultor familiar e empreendedor rural que se situe na área do Semi-árido definida como Polígono das Secas.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS |
| PL-                                     | Câmara        | Dispõe sobre anistia a contratos firmados quando da instalação do Programa   | SUBSÍDIOS E            |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>               |
|---|---------------|--|-----------------------------|
| 1513/2007                               |               | Luz no Campo, entre agricultores com as Centrais Elétricas do Governo Federal e implementados pelos Governos Estaduais.  | TARIFAS                     |
| PL-<br>1895/2007                        | Câmara        | Altera o art. 25, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>1896/2007                        | Câmara        | Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar recursos à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2015/2007                        | Câmara        | Estabelece desconto aplicável às tarifas de energia elétrica referentes às unidades consumidoras enquadradas nas classes residencial e rural situadas em municípios localizados em uma área circunscrita num raio de cinquenta quilômetros em torno de usinas nucleares ou depósitos definitivos de rejeitos radioativos e dá outras providências.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2406/2000                        | Câmara        | Isenta os trabalhadores desempregados do pagamento das constas mensais de água, gás e luz.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2763/2008                        | Câmara        | Isenta as unidades museológicas no âmbito do Poder Público Federal, do pagamento das taxas referentes ao consumo de energia elétrica.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2860/2008                        | Câmara        | Estabelece política tarifária para o setor elétrico nacional visando incentivar a indústria têxtil e dá outras providências. Cria tarifa especial de energia elétrica para as indústrias têxteis, com desconto de 90% (noventa por cento), incidente sobre o consumo diário de oito horas e meia de duração.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2866/2008                        | Câmara        | Institui o Programa Nacional de Geração de Energia Elétrica a partir do Lixo (Progel) e dá outras providências   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2907/2008                        | Câmara        | Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que trata dos descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural. Concede desconto especial nas tarifas de energia elétrica às cooperativas e colônias de pescadores.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>2987/1997                        | Câmara        | Dispõe sobre a suspensão temporária da obrigatoriedade do pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos pelos trabalhadores desempregados.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>3124/2000                        | Câmara        | Isenta do pagamento das contas de consumo de água e energia elétrica os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que recebam mensalmente aposentadorias ou pensões de valor equivalente a até dois salários mínimos.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>3134/2000                        | Câmara        | Isenta do pagamento das contas de água e luz os trabalhadores desempregados.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>4083/1998                        | Câmara        | Dispõe sobre a isenção de tarifas de energia elétrica e água, pelo período de 90 dias, para trabalhadores desempregados e dá outras providências.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>4328/2001                        | Câmara        | Determina a suspensão da obrigação de pagar pelo fornecimento de energia elétrica, nas condições que enuncia.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>4746/2001                        | Câmara        | Dispõe sobre a adoção de tarifas diferenciadas para os consumidores de energia elétrica atendidos por redes de baixa tensão.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>6202/2002                        | Câmara        | Isenta do pagamento de tarifas públicas os usuários de renda familiar inferior a dois salários mínimos.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>6247/2002                        | Câmara        | Isenta do pagamento das contas de energia elétrica as famílias comprovadamente carentes ou que ganhem até um salário mínimo por mês.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PL-<br>6737/2006                        | Câmara        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispondo sobre isenção de tarifas de serviços públicos para trabalhadores desempregados e dá outras providências. Inclui no benefício os portadores de deficiência que impeça o exercício de atividade laboral.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PLS-<br>0019/2000 /<br>PL 251/2003      | Senado        | Disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.   | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PLS-<br>145/2001 /<br>PL<br>5703/2005   | Câmara        | Trata de atividades de eletrificação rural e cooperativas rurais, através de financiamentos das instituições de crédito oficiais, assistência técnica na implantação de projetos e tarifas de compra e venda de energia elétrica, compatíveis com os custos de prestação de serviços; construção de pequenas centrais hidrelétricas e termoeletricas de aproveitamento de resíduos agrícolas, que objetivem a eletrificação rural por cooperativas rurais e outras formas associativas; programas de florestamento energético e manejo florestal, em conformidade com a legislação ambiental, nas propriedades rurais; e estabelecimento de tarifas diferenciadas horizontais. | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PLS-<br>330/2007                        | Senado        | Altera procedimento de medição da demanda de energia elétrica das unidades consumidoras do grupo A, classe Rural, inclusive as cooperativas de eletrificação rural, para efeito de determinação das tarifas de energia elétrica na atividade de irrigação na Região Nordeste.  | SUBSÍDIOS E<br>TARIFAS      |
| PLS-<br>38/2007                         | Senado        | Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Explicação: Tal proposição destina-se a eliminar a cobrança da taxa mínima de energia para consumidores residenciais, tendo como objetivo eliminar de forma definitiva a  | CUSTO DE<br>DISPONIBILIDADE |

| Projeto<br>(PL - PLS -<br>PEC) | Origem | Ementa   | Tópico                    |
|--------------------------------|--------|--|---------------------------|
|                                |        | cobrança do Custo de Disponibilidade. O consumidor deve pagar unicamente pela energia que consome.   |                           |
| PEC-<br>0365/2005              | Câmara | Dá nova redação ao art. 7º da Constituição Federal, introduzindo o inciso XXXV. Explicação da Ementa: Fixa um período de 90 (noventa) dias para que o trabalhador de baixa renda fique imune da cobrança de juros e correção monetária e da interrupção dos serviços de água e luz por atraso de pagamento.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-100/1999                    | Câmara | Veda a interrupção do fornecimento a pequenos consumidores de energia elétrica e água por empresas responsáveis por sua distribuição nos casos de inadimplência, nos limites que estabelece. Explicação da Ementa: Considera pequeno consumidor aquele cujo consumo mensal médio tenha sido inferior a 100 kw (cem quilowatts) de energia elétrica e dez metros cúbicos de água, e que não esteja inadimplente há mais de 6 (seis) meses consecutivos.   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>1058/2007               | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Proíbe a suspensão dos serviços de água e energia elétrica, por inadimplência ou atraso de pagamento, quando o fornecimento for imprescindível à manutenção da vida, saúde, educação, segurança, saneamento básico                       | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-125/1995                    | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da constituição federal e dá outras providências. Explicação: Obriga as concessionárias de serviços públicos a emitir aviso prévio escrito a cada usuário, com antecedência mínima de dez dias antes de suspender o serviço e limita a multa por atraso de pagamento ao máximo de dois por cento do valor do débito. | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>1875/2007               | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Explicação: Caracteriza como descontinuidade do serviço a interrupção, motivada por inadimplimento do usuário, sempre que colocar em risco a saúde e a dignidade da pessoa humana.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>2145/2003               | Câmara | Dispõe sobre a regulamentação do corte de água e luz, por parte das entidades permissionárias ou concessionárias de serviço público.   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>2361/2007               | Câmara | Proíbe o corte dos serviços de energia elétrica, água e gás canalizado, por inadimplimento do usuário, nos dias em que menciona. Explicação: Nas sextas-feiras, sábados, domingos, feriados, vésperas de feriados e após as doze horas nos demais dias da semana   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-246/2007                    | Câmara | Altera a redação do inciso II do parágrafo terceiro do art. sexto da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>2497/2000               | Câmara | Proíbe os cortes de Serviços de Energia Elétrica, Água e Telefones em Asilos por falta de pagamento e dá outras providências.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>2750/2008               | Câmara | Proíbe que as empresas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica suspendam, por motivo de falta de pagamento, o fornecimento a unidades consumidoras residenciais.   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>3215/1997               | Câmara | Acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para evitar o constrangimento ilegal do consumidor. Explicação da Ementa: DETERMINANDO QUE OS FORNECIMENTOS DE AGUA, ENERGIA ELETRICA, GAS, TELEFONE E SIMILARES SO PODERÃO SER SUSPENSOS, APOS VENCIMENTO DE DUAS PARCELAS E NOTIFICAÇÃO AO USUARIO COM PRAZO DE QUINZE DIAS PARA QUITAÇÃO).   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-345/1999                    | Câmara | Proíbe a cobrança de taxa de religação por concessionárias de distribuição de energia elétrica.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-351/2003                    | Câmara | Proíbe a cobrança do contribuinte de qualquer taxa ou tarifa de religação nos serviços públicos de fornecimento de serviços essenciais.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>3641/2004               | Câmara | Dispõe sobre o corte de energia por atraso no pagamento e dá outras providências.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>4010/1997               | Câmara | Veda a interrupção da prestação de serviços essenciais por atraso no pagamento inferior a trinta dias.   | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>4070/2001               | Câmara | Dispõe sobre a proibição do corte do fornecimento de energia elétrica e de água. Explicação da Ementa: Alterando a Lei nº 8.078, de 1990.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-<br>4366/2001               | Câmara | Veda a interrupção da prestação de serviços públicos nas condições que menciona. Proibindo as empresas prestadoras de serviços públicos de água, energia elétrica e telefone, interromper os serviços pelo prazo de 120 dias em decorrência de inadimplência dos usuários desempregados desde que comprovado mensalmente, ao final desse prazo a empresa notificará com 15 dias de antecedência , o usuário solicitando a quitação ou parcelamento da dívida.  | SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO |
| PL-                            | Câmara | Estabelece normas para corte de fornecimento de serviços ao consumidor   | SUSPENSÃO DO              |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b>       | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>                |
|---|---------------|--|------------------------------|
| 4418/2001                                     |               | inadimplente e dá outras providências  | FORNECIMENTO                 |
| PL-<br>4640/1998                              | Câmara        | Dispõe sobre o corte no fornecimento de água e luz.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>4687/2001                              | Câmara        | Altera dispositivo da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal", para vedar a interrupção do serviço, por inadimplemento do usuário, nos dias em que menciona.<br><br>Explicação da Ementa: Proibindo a suspensão, por suposta inadimplência, do fornecimento de energia elétrica, água e telefone, nos fins de semana e feriados. | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>4865/1998                              | Câmara        | Proíbe as empresas concessionárias, permissionárias ou que, a qualquer título, exerçam a prestação de serviços de energia elétrica, de suspenderem o fornecimento por motivo de falta de pagamento.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>5149/2005                              | Câmara        | Proíbe a suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais e contínuos a usuários pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos ou cuja atividade também se configure como serviço público essencial, nas condições que especifica.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>5150/2005                              | Câmara        | Proíbe a suspensão do fornecimento de energia elétrica para consumidores residenciais, não residenciais prestadores de serviço público essencial e instituições sem fins lucrativos por falta de pagamento antes de cento e vinte dias de atraso da fatura mais antiga, e veda a cobrança de taxas de religação<br>Explicação da Ementa: Alterando a Lei nº 9.427, de 1996.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-534/2003                                   | Câmara        | Proíbe a interrupção de fornecimento de serviços públicos essenciais em véspera de feriado e de fim de semana.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>5604/2005 /<br>PLS<br>62/2003          | Senado        | Acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987/95, - Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>5737/2001                              | Câmara        | Altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>5989/2005                              | Câmara        | Acresce parágrafo ao Art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para restringir a interrupção de água e energia elétrica no caso de inadimplência do usuário.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>6181/2002                              | Câmara        | Altera o inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, vedando a interrupção da prestação de serviços públicos por atraso no pagamento inferior a sessenta dias.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-65/2007                                    | Câmara        | Dispõe sobre a suspensão dos serviços de tratamento e de abastecimento d' água, bem como, do fornecimento de energia elétrica para unidades residenciais.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>7202/2002                              | Câmara        | Proíbe as empresas concessionárias de serviços públicos de gás ou energia elétrica de efetuarem, nos finais de semana e em feriados, cortes de serviços por falta de pagamento.  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PLS-<br>0062/2003 /<br>PL<br>5604/2005        | Senado        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos) e a Lei nº 9.472, de 16 de julho 1997 (Lei Geral das Telecomunicações), para impedir que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem prévio aviso ao consumidor, disciplina a cobrança de diferenças relativas a débitos anteriores, e dá outras providências.                             | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PLS-<br>0072/2003                             | Senado        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Lei da Concessão do Serviço Público, para vedar a suspensão do fornecimento de serviço público essencial por inadimplemento do usuário nos casos que menciona, e dá outras providências.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PLS-<br>78/2007                               | Senado        | Altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia  | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| SUG-<br>113/2005<br>novo nº. PL-<br>3245/2008 | Câmara        | Altera a Lei nº 8.987, de 1995, definindo critérios para suspensão de serviços essenciais por inadimplemento. Explicação da Ementa: Criando o sistema pré-pago para a prestação de serviço de energia elétrica e água.   | SUSPENSÃO DO<br>FORNECIMENTO |
| PL-<br>2418/2007                              | Câmara        | Dispõe sobre a substituição, em todo o território nacional, de carvão mineral e de combustíveis derivados de petróleo por biodiesel na geração de energia em centrais termelétricas, e dá outras providências.   | TERMELETRICAS                |
| PL-<br>2329/2007                              | Câmara        | Classifica como área indispensável à Segurança Nacional as instalações e sistemas destinados à geração de energia elétrica e transmissão das geradoras até as distribuidoras.  | TRANSMISSÃO                  |
| PL-<br>2576/2000                              | Câmara        | Dispõe sobre a instalação de fontes emissoras de radiação eletromagnética e dá outras providências.  | TRANSMISSÃO                  |

| Projeto<br>(PL - PLS -<br>PEC)   | Origem | Ementa  | Tópico      |
|----------------------------------|--------|---|-------------|
| /PLC<br>31/2008                  |        |   |             |
| PLS-<br>35/2008                  | Senado | Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.  | TRANSMISSÃO |
| PEC-<br>20/2007                  | Senado | Altera o art. 155 da Constituição Federal, para permitir que o Estado de origem cobre ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.   | TRIBUTOS    |
| PLS-<br>240/2001/<br>PL-352/2002 | Senado | Altera a Lei Complementar nº 87, de 13.06.96, dispondo sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Explicação: O imposto incide também sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.   | TRIBUTOS    |
| PEC-<br>226/2008                 | Câmara | Altera o Sistema Tributário Nacional quanto às imunidades PIS-PASEP e dá outras providências  | TRIBUTOS    |
| PEC-<br>233/2008                 | Câmara | Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Simplifica o sistema tributário federal, criando o imposto sobre o valor adicionado federal (IVA-F), que unificará as contribuições sociais: Cofins, Pis e Cide-combustível; extingue e incorpora a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ao imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ); estabelece mecanismos para repartição da receita tributária; institui um novo ICMS que passará a ter uma legislação única, com alíquotas uniformes, e será cobrado no estado de destino do produto; desonera a folha de pagamento das empresas, acaba com a contribuição do salário-educação e parte da contribuição patronal para a Previdência Social. Altera a Constituição Federal de 1988. Reforma Tributária. | TRIBUTOS    |
| PEC-<br>31/2007                  | Câmara | Altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências.   | TRIBUTOS    |
| PEC-<br>462/2005                 | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 158 da Constituição Federal, alterando a sistemática de cálculo do valor adicionado para fins de distribuição aos Municípios, no caso das usinas hidrelétricas, do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.  | TRIBUTOS    |
| PL-<br>5646/2005                 | Câmara | Dispõe sobre a cobrança de remuneração pelo uso do solo, subsolo e espaço aéreo pelas Concessionárias de Serviços de Telecomunicações, de Energia Elétrica, de Abastecimento de Água e de Coleta de Esgotos.  | TRIBUTOS    |
| PL-<br>6062/2005                 | Câmara | Reduz o imposto de renda incidente sobre lucros de novos empreendimentos realizados por empresas do setor elétrico.   | TRIBUTOS    |
| PL-<br>6063/2005                 | Câmara | Exclui do regime não-cumulativo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS o setor de energia elétrica. Alterando a Lei nº 10.833, de 2003.   | TRIBUTOS    |
| PLP-<br>166/2000                 | Câmara | Dispõe sobre a cobrança de taxa, pelos Municípios, em casos de exercícios do poder de polícia que especifica. Explicação: Dispõe sobre a cobrança de taxa, pelos municípios, nos casos de exercício do poder de polícia que especifica, como é o caso da fiscalização do uso do solo em decorrência de concessão a empresas de energia elétrica.  | TRIBUTOS    |
| PLP-<br>182/2004                 | Câmara | Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para excluir da base de cálculo do ICMS o montante da parcela de consumo de energia elétrica custeado com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.  | TRIBUTOS    |
| PLP-<br>77/2007                  | Câmara | Acrescenta o art. 3-A à Lei Complementar nº 63, de 1990, para estabelecer que, para efeitos de cálculo do valor adicionado para repartição do ICMS, a localização da barragem determina os Municípios-sede de usina hidrelétrica.   | TRIBUTOS    |
| PL-276/2008                      | Câmara | Estabelece regras especiais para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal - VAF, relativo às operações de circulação de energia elétrica de fonte hidráulica.   | TRIBUTOS    |
| PEC-<br>53/2005                  | Câmara | Altera o art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer critério de rateio aos Municípios da receita do ICMS incidente sobre operações relativas a energia elétrica gerada com a utilização de recursos hídricos.   | TRIBUTOS    |
| PLS-<br>237/2005/<br>PL 409/2007 | Senado | Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).  | TRIBUTOS    |

| <b>Projeto<br/>(PL - PLS -<br/>PEC)</b> | <b>Origem</b> | <b>Ementa</b>  | <b>Tópico</b>   |
|---|---------------|--|-----------------|
| PL-<br>2263/2007                        | Câmara        | Dispõe sobre a extensão do benefício do Programa Luz Para Todos aos contratos do extinto Programa Luz no Campo com fundamento no princípio da isonomia.                  | UNIVERSALIZAÇÃO |
| PL-661/2007                             | Câmara        | Dispõe sobre a anistia de dívidas de consumidores de energia elétrica contraídas no âmbito do Programa "Luz no Campo", instituído pelo Decreto de 2 de dezembro de 1999. | UNIVERSALIZAÇÃO |